

## Politizar a campanha eleitoral e mobilizar a militância

**A** análise do quadro eleitoral feita pela Comissão Política do PCdoB no dia 8, em São Paulo, constatou que a eleição de vereadores e prefeitos ocorre no momento em que a retomada do crescimento econômico (já se fala em 4% ou mais este ano) inaugura uma nova fase para o governo Lula, com reflexos diretos sobre o quadro político geral e a eleição. Em primeiro lugar, a oposição - que acusava o governo de incapaz e responsável pela estagnação econômica - teve que adotar outro discurso e passou a taxá-lo de autoritário.

Apesar desses argumentos absurdos e artificiais, o cenário atual indica uma tendência favorável aos partidos da base governista. Em nove das onze capitais onde a decisão poderá ocorrer já no primeiro turno delinea-se a vitória das forças progressistas.

Todavia, a qualidade política do resultado nacional destas eleições somente se evidenciará no final de outubro uma vez que a decisão na maioria das capitais se dará no segundo turno.

"Este é um quadro onde a campanha do PCdoB tem obtido boa receptividade e acolhida", diz o presidente do Partido, Renato Rabelo. A votação comunista pode crescer e é possível mais do que dobrar o número de



Fixar o 65 para eleger candidatos comunistas

vereadores e conseguir vitórias inéditas em eleições para prefeituras de capitais e outras cidades importantes.

A disputa, difícil e acirrada, é enfrentada com garra e determinação pelos comunistas, que vem acumulando grande experiência. A eleição deste ano é uma realidade nova para o PCdoB, pelo grande número de candidaturas com que concorre: quase cinco mil em todo o país.

As candidaturas dos comunistas a cargos majoritários em cinco capitais e em de-

zenas de cidades do interior conduziram o PCdoB a um estágio novo na sua participação institucional. Novos e maiores desafios proporcionam o alargamento da visão e do relacionamento político do PCdoB.

O lançamento de um número maior de candidaturas a vereador, inclusive com chapas próprias, apresenta ganhos e problemas novos. Contudo, um acertado e antigo aprendizado dos comunistas nesse tipo de luta mantém-se atual: é necessário definir prioridades e concentrar esforços naqueles

candidatos capazes de ter mais votos é, assim, eleger-se e ajudar a eleger outros, em particular nas cidades onde o Partido tem chapa própria na disputa para as Câmaras Municipais. Se o Partido, no âmbito local, não definir prioridades e concentrar esforços, correrá o risco de não eleger vereadores, ou eleger um número pequeno. É preciso valorizar os candidatos capazes de ter mais votos; não se pode tratar tudo por igual nem diluir a campanha dando peso igual a toda chapa de vereadores.

Outro desafio destacado pelos dirigentes do PCdoB é a necessidade de politizar a campanha. Para tal é preciso mostrar aos eleitores o sentido nacional da disputa, que é consolidar a vitória das forças políticas que sustentam o governo. Somente estas forças novas serão capazes de

assegurar uma administração democrática que garanta uma melhoria da qualidade de vida para o povo.

O êxito exige o engajamento da militância e a contribuição dos amigos e aliados. O entusiasmo e a dedicação à conquista do voto são decisivos na reta final.

Finalmente, as direções do PCdoB devem tomar medidas políticas para sustentar materialmente as campanhas, enfrentando as grandes dificuldades ainda existentes neste aspecto vital das disputas eleitorais

### EDITORIAL

## A auto estima dos brasileiros e a oposição sem rumo

**A** comemoração dos 182 anos da independência brasileira foi uma festa popular em Brasília, que teve a presença destacada do presidente Lula. Mesmo em cidades pequenas e médias do interior, a comemoração do 7 de setembro sempre foi uma oportunidade de congregamento cívico. Marca popular que, abandonada nos anos de predomínio neoliberal, volta a ser fortalecida pelo governo federal.

Um dos objetivos da festa planejada pelo governo federal foi comemorar também o sentimento nacional dos brasileiros e incentivar a auto-estima do povo, em alta neste momento em que o país reencontra o caminho do crescimento.

O assanhamento conservador foi imediato. Eles perderam seus surrados argumentos da incapacidade do governo, que levava o país à estagnação, esquecidos dos desmandos de seu longo consulado,

sob Fernando Henrique Cardoso, cuja incuria e desprezo ao país acumulou dívidas, desmontou o Estado nacional e cavou o poço da paralisia econômica e do retrocesso refletido na herança perversa que deixaram ao governo das forças populares e democráticas.

A oposição sugere que o governo promove retrocessos, e o artigo dominical de Fernando Henrique Cardoso revela o que esta expressão esconde. "O risco", escreveu, "não está no 'neoliberalismo', mas nos sinais de aparelhamento do Estado e de um dirigismo econômico e político tão anacrônico e negativo para o desenvolvimento e para a democracia." Isto é, encaram como risco exatamente o que é uma virtude do atual governo, o esforço para recuperar a capacidade de investimento do Estado e de seu papel na promoção do desenvolvimento. A oposição conservadora

procura recuperar a ofensiva, acusa o governo de autoritário e a reação à comemoração do 7 de setembro está inscrita nessa busca de argumentos contra o governo Lula. Os saudosistas do neoliberalismo defendem justamente aquilo que é um dos fundamentos de seu dogmatismo, o enfraquecimento do sentimento nacional. O refrão neoliberal rejeita o sentimento nacional e acusa Lula de repetir os ditadores do passado. O tucano Antonio Carlos Pannunzio, deputado federal e presidente estadual do PSDB de São Paulo, foi explícito: "A história indica que os regimes totalitários manobram o povo insuflando um nacionalismo exacerbado na população. Por isso, o ufanismo de Lula nos deixa apreensivos". Um exagero que só pode ser atilado na busca a qualquer preço de argumentos contra o governo por uma oposição que perdeu as bandeiras e está sem rumo.

### Eleição 2004

O fundamental é o projeto político do Partido Renato Rabelo

Pág. 5

Fortaleza: "Sou PT, voto Inácio 65"

Pág. 7

### Reforma sindical

CSC não avaliza o projeto da FST

Pág. 8

**CDM** Olimpíadas

A melhor campanha brasileira da história  
Entrevista com Agnelo Queiroz

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

Pág. 12

## Politizar o debate eleitoral, concentrar energias e reforçar a mobilização militante para garantir o projeto político do PCdoB

1 - A luta eleitoral concentra a disputa política em curso no país. A pouco menos de um mês do primeiro turno, há uma clara polarização de forças políticas entre a base do governo que busca se fortalecer para impulsionar as mudanças, dando sustentação ao projeto vitorioso em 2002, versus os setores conservadores e de direita, especialmente o PSDB e o PFL, que pretendem questionar o novo rumo que vem tomando o país e reunir condições para retomar o projeto derrotado para as eleições futuras de 2006. Nas próximas semanas tal disputa vai se acirrar, pois aí é que se define o voto da maioria do eleitorado.

2 - O caminho da crescente afirmação da soberania e da democracia e, mais recentemente, a retomada do crescimento econômico, com efeitos sociais na retomada do consumo, do emprego e elevação da renda dos trabalhadores, trazem uma conjuntura mais favorável ao governo e repercute no plano eleitoral, como comprovam o crescimento da preferência popular pelos candidatos dos partidos da base de sustentação do governo, na maioria das principais cidades do país.

3 - A oposição conservadora e de direita, no entanto, enrijece o combate. Tendo perdido seu discurso e bandeiras, usa agora expedientes condenáveis e argumentos falaciosos, para impingir a pecha de autoritarismo ao governo democrático de Lula, ou enquadrar como autoritárias personalidades de há muito comprometidas com a luta pela liberdade, como o ministro da Cultura, Gilberto Gil e o ministro José Dirceu. Expõem, elas sim, sua propensão autoritária de manter controle absoluto sobre os meios de comunicação e o setor áudio-visual. Até mesmo satirizam o sadio sentimento de nacionalidade e auto-estima do povo brasileiro. Carecem de autoridade política e moral para fazer de seus próprios interesses os desígnios da nação. Igualmente grave é que, tomando por base o Senado da República, os representantes dessas correntes políticas procuram obstaculizar as medidas de apoio ao desenvolvimento que vem sendo intensificadas no seio das diversas agências do governo. Nos pleitos municipais, particularmente, procuram fazer uma pesada ofensiva contra a vitória de candidatos progressistas, seja por um debate paroquial, seja pela tentativa de desqualificar os feitos do governo federal;

contam com poderosos apoios nos meios de comunicação, e em forças conservadoras cevas durante os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso.

4 - É nesse quadro polarizado que se trava a disputa. Há uma tendência de crescimento das forças progressistas nos principais centros. Entretanto, o que se verifica é que na grande maioria dos casos a decisão se dará no segundo turno das eleições. Nele é que se definirá a qualidade política dos resultados eleitorais nacionais, pois estarão em jogo a maioria das capitais brasileiras. Tal quadro exige maior esforço de politização do debate, desvendando o sentido nacional da disputa, que é o de consolidar a vitória eleitoral das novas forças políticas e sociais emergentes em 2002. A ferrenha disputa se decide na condução política: desvendar a falácia dos argumentos da oposição, nomeadamente o PSDB, que conduziu o país a um dos períodos mais constrangedores da trajetória nacional durante a década passada. Trata-se de traduzir ao imaginário popular o sentido dos campos políticos em confronto e agregar apoios que possibilitem a vitória no segundo turno.

5 - A campanha dos candidatos comunistas aos executivos municipais tem encontrado boa acolhida do eleitorado e enfrenta com ousadia os desafios que se interpõem em sua marcha. Inácio Arruda em Fortaleza, Luciana Santos em Olinda, Vanessa Grazziotin em Manaus, Jandira Feghali no Rio de Janeiro, Robert Rios em Teresina, são candidaturas competitivas e, em gradações diferenciadas, têm chances de chegar ao segundo turno e vencer. Poderão obter sucesso de grande importância candidaturas comunistas como a do vice-prefeito Luciano Siqueira em Recife, e de Edvaldo Nogueira, vice-prefeito em Aracaju, entre outras. Há ainda perspectiva de vitória majoritária com Zózimo Chaparral em Barra do Garças/MT, João Lemos em Camaragibe/PE e Junior Piaia em Ijuí/RS, entre várias outras candidaturas majoritárias do PCdoB. Porém, em nenhum caso a vitória já está definida. Com o acirramento da disputa em curso, será preciso mais nitidez e diferenciação de opiniões e propostas, a fim de facilitar a opção do eleitor, e ao mesmo tempo focar as propostas dos comunistas para cada cidade, materializadas em projetos concretos.

6 - A luta pelo projeto político do PCdoB tem também na eleição para vereadores parte destacada. É imperioso elevar o esforço pela eleição de vereadores comunistas em todo o país, principalmente nas capitais e maiores cidades em cada Estado. É nos últimos quinze dias de campanha que cerca de 85% do eleitorado define seu voto a vereador. Particularmente, a direção nacional chama a atenção para fazer valer o projeto político eleitoral coletivamente definido em cada instância, de modo a assegurar as medidas de priorização e concentração de esforços indispensáveis à vitória. Sempre que esse projeto coletivo fica em segundo plano, ou é alvo de divergências ou disputas no interior dos organismos dirigentes ou da chapa, fica comprometida a vitória. Tal prejuízo é inadmissível, pois evoca a falta de clareza sobre o caráter do Partido e da disputa em curso. Por isso, nesta reta final as direções municipais e estaduais são chamadas à aferição detalhada e realista das perspectivas eleitorais, para pôr em ação as medidas de priorização e concentração que se fizerem necessárias.

7 - Em síntese, em todos os casos, exige-se o reforço da mobilização militante nestas três semanas finais até 3 de outubro e, o reforço inaudito das medidas políticas para sustentar materialmente os objetivos almejados. A vitória do PCdoB é uma possibilidade, mas deverá ser perseguida em cada um dos passos destinados a mobilizar, organizar e comandar extensos contingentes de apoiadores, assegurar a logística e infraestrutura para as tarefas indispensáveis de promover a amarração de votos, dar volume à campanha, organizar a ação nas ruas no dia da eleição. A conquista do voto é batalha que só termina às 17 horas do dia 3 de outubro. A direção nacional confia que, em todo o país, esse esforço poderá conduzir o PCdoB a uma vitória expressiva. Está convicta de que a vitória dos candidatos de sua legenda e daqueles apoiados pelo Partido terá um relevante papel no fortalecimento do projeto de um Brasil soberano, democrático e próspero, onde seu povo tenha continuamente melhorada sua qualidade de vida.

São Paulo, 8 de setembro de 2004

A Comissão Política Nacional do PCdoB

## Carta de Arafat

À Sua Excelência o Irmão  
Deputado Doutor Jamil Murad  
Secretário-Geral da Liga Parlamentar  
Brasil-Países Árabes

Sinceras saudações,

É com muito apreço que escrevo esta carta ao caro irmão para expressar-lhe os meus sentimentos de profunda gratidão pela demonstração de grande apoio e solidariedade fraterna com nosso povo. Solidariedade esta personificada em vossa generosa iniciativa de se pronunciar no plenário da Câmara dos Deputados sobre o sofrimento dos reféns palestinos nas prisões israelenses. Consideramos extremamente valiosa a vossa postura solidária, humana e nobre, bem como a de todos os amigos da Liga Parlamentar Brasil-Países Árabes. Temos muito orgulho de vosso importante papel no fortalecimento e estreitamento das relações Árabes-Brasileiras, bem como da elevação dessas relações às mais altas posições. Não posso deixar de mencionar todos os livres e amantes da justiça, liberdade e paz, solidários à luta legítima de nosso povo e à defesa dos mesmos em seu confronto com as formas mais repugnantes de isolamento racial. Esperamos poder continuar contando com o vosso apoio à nossa justa reivindicação de considerar nossos prisioneiros como prisioneiros de guerra e combatentes da liberdade que devem ser tratados de acordo com a Convenção de Genebra, e finalmente contamos com vosso apoio para que as direções das prisões israelenses parem de violar a dignidade humana de humilhar e de aplicar punições coletivas contra os prisioneiros palestinos, para que os mesmos sejam libertados conforme acordos assinados. Contamos com sua solidariedade para que a ocupação e colonização da nossa terra e sítios sagrados por parte de Israel cheguem ao fim, para que assim possamos praticar nosso legítimo direito à autodeterminação e estabelecer o Estado palestino independente com a Sagrada Jerusalém como capital.

Gostáramos de reiterar nossos sentimentos de gratidão, desejando-lhe muita saúde e felicidade, assim como ao vosso respeitado partido (Partido Comunista do Brasil), dirigentes, quadro administrativo e membros e a vossa respeitável Liga. Desejamos, também, constante êxito ao serviço dos objetivos de vosso povo e as questões relativas à paz, justiça e liberdade da nossa região e do mundo inteiro.

[Manuscrito pelo Presidente] Juntos até a sagrada Jerusalém com a ajuda de Deus.

Ramallah, 30 de agosto de 2004

Yasser Arafat

Presidente do Estado Palestino

## FINANÇAS

### Contribuições na campanha eleitoral

VITAL NOLASCO\*

Na atual fase da luta política em nosso país, as eleições são um importante instrumento para a acumulação de forças do campo progressista e revolucionário.

Terminada a batalha eleitoral, o Brasil revelará um novo quadro político. Então poderemos saber quais forças cresceram e quais perderam espaço em nosso país. Conforme análise do PCdoB, apesar de se constituir numa disputa municipal, dois campos opostos estão em disputa. De um lado, as forças de sustentação do governo Lula. De outro, as que foram derrotadas na última campanha presidencial. O PSDB e o PFL estão se articulando para obter uma vitória no próximo pleito e com isso tentarem voltar ao poder.

O Partido Comunista do Brasil também

terá de enfrentar essa dura prova. Se o Partido atingir seus objetivos, eleger prefeitos em municípios importantes e uma grande bancada de vereadores, os comunistas sairão mais fortalecidos e em melhores condições de contribuir para conquistar o projeto de mudanças que almejamos para nosso povo.

Se esta questão está clara, resta aos militantes dedicar o melhor de suas energias para buscar a vitória, não subestimando a luta pela estruturação partidária, que tem

um caráter estratégico. Pois nosso programa vai além da batalha eleitoral. Há que aproveitá-la para filiar em larga escala. É preciso chamar a atenção para a necessidade da contribuição ao SINCOM, que não deve sofrer nenhum abalo durante o período eleitoral.

Muitas vezes diante da urgência de recursos financeiros, somos impelidos a procurar soluções mais fáceis e deixar as contribuições ao Partido em segundo plano. Quando o que deveria ocorrer seria justa-

mente o contrário: aproveitar a luta eleitoral para aumentar o número de aderentes ao SINCOM, mantendo em dia todas as contribuições ao Partido.

A manutenção e o aumento da base material do Partido, inclusive do Comitê Central, são importantes até para termos condições de prestar uma assistência mais efetiva ao conjunto do Partido e, ainda, de exercer uma direção cada vez melhor no sentido de promover um maior número de ativos e cursos, aumentar a edição de materiais de propaganda, além de melhorar nossas instalações.

\* Secretário Nacional de Finanças do Comitê Central do PCdoB

## ENERGIA ELÉTRICA

# Um debate necessário e urgente

*Seminário analisa as mudanças no setor*

MARCELA F. OLIVEIRA, DE SÃO PAULO\*

A discussão de detalhes pode levar à perda da visão do conjunto — este alerta foi feito por César Benjamin, economista e consultor do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, durante o seminário “Política Energética e Desenvolvimento”, que ocorreu no Sindicato dos Engenheiros, em São Paulo, em 27 de agosto, para discutir o novo modelo de fornecimento de energia elétrica proposto pelo governo Lula. César Benjamin chamou a atenção para os limites da forma de condução das discussões ao enfatizar que o conjunto não pode ser ignorado e que o fundamental é que o Brasil tenha um projeto para o setor.

O seminário propiciou um rico debate sobre os problemas relativos à geração e fornecimento de energia elétrica, reunindo pontos de vista variados sobre o problema. Amilcar Guerreiro, secretário nacional de Planejamento do Ministério de Minas e Energia, por exemplo, ressaltou a realização de um amplo debate sobre a instituição de um marco regulatório para o setor, frisando que todas as modificações por ele estabelecidas são adequadas para a opção hidroelétrica do Brasil, e suas características. Sidnei Martini, presidente da Companhia Paulista de Transmissão de Energia Elétrica, por sua vez, manifestou-se preocupado com o crescente aumento do consumo de energia elétrica, sendo complementado por Antônio Carlos dos Reis, presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), que previu um apagão dentro de três ou cinco anos ca-

so não sejam concluídas as obras de hidroelétricas em construção. Amilcar Guerreiro assegurou que, quanto a isso, a preocupação do governo, na atual transição de modelos, é assegurar as ações necessárias para viabilizar os investimentos para que a oferta de

energia adequada possa ser garantida.

Outro aspecto do novo modelo de fornecimento de energia, abordado pela diretora da ProTeste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor), Flávia Lefèvre, foi a qualidade e o preço dos serviços. Embora considere que o novo modelo ainda não seja plenamente satisfatório, exigindo ajustes, ela reconhece que o governo Lula já tomou uma medida concreta e significativa ao adotar a homologação dos reajustes das tarifas, “de modo que o consumidor residencial passe a pagar menos do que o industrial e o comercial”.

Finalizando os debates, o deputado estadual Nivaldo Santana e presidente do PCdoB/SP e vice-presidente da Comissão de Serviços Públicos da Assembleia Legislativa de São Paulo, concordou com a opinião de César Benjamin sobre a necessidade de um



Ao microfone, Murilo Pinheiro

projeto nacional para o setor, que é — disse Nivaldo Santana — a única forma de garantir a “universalização do acesso a um bem tão estratégico como a eletricidade” (com informações de Soraya Misleh/Jornal do Engenheiro).

\*jornalista, membro da Comissão Estadual de Comunicação e Propaganda do PCdoB/SP

## É preciso um projeto nacional

*As novas regras não levaram a uma reviravolta completa no setor elétrico*

RITA CASARO\*

O setor elétrico brasileiro enfrenta, há longos oito anos, agruras diversas que incluíram um racionamento imposto à população, em 2001/2002, explosão tarifária e fragilização financeira das empresas públicas e privadas. Em 30 de julho deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva regulamentou a Lei 10.848, sancionada em março, que estabelece as novas regras para comercialização de energia no país. Segundo o anúncio presidencial, a medida visa “promover a modicidade tarifária, garantir a segurança do suprimento e criar um marco regulatório estável”. Basicamente, tudo que falta ao país para garantir tranquilidade a uma área crucial ao desenvolvimento e ao bem-estar da população.

Esse tripé, considerado básico pelos técnicos do setor, foi desmontado ao longo dos dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. De modo geral, o mo-

delo implementado a partir de 1996, contrariando o que diz a Constituição Federal, quis transformar energia, que era serviço público, em mercadoria e, para isso, “desverticalizou” várias empresas estatais (cindiú-as em geradoras, transmissoras e distribuidoras) que foram privatizadas com preço inferior ao valor do seu patrimônio. E, mesmo assim, os compradores receberam financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Além disso, os serviços públicos foram concedidos a estas empresas privadas sem que fossem estabelecidas claramente as obrigações desses concessionários, incluindo os investimentos para aumentar a produção de energia elétrica. Aquele processo todo criou tamanha confusão na compra e venda de energia, que, negociada no Mercado Atacadista de Energia (MAE), tornou-se objeto de verdadeira especulação.

Por tudo isso, as medidas do governo Lula para o tema foram, desde o início, cercadas de muita expectativa. A legislação editada em março foi precedida de grandes debates mas não levou a uma reviravolta completa no setor. Ela trouxe avanços, apesar de não ter “o DNA do que havia sido desenhado no Instituto Cidadania, durante a campanha eleitoral”, disse o secretário-geral do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina), Renato Queiroz. Foi para debater essa realidade complexa e conhecer a extensão e profundidade dessas mudanças, suas possibilidades e insuficiências que o Instituto Maurício Grabois de São Paulo (IMG/SP), a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e o Ilumina promoveram, em São Paulo, o seminário “Política Energética e Desenvolvimento” (veja matéria nesta página).

\*Jornalista e membro da direção do IMG/SP

## INDEPENDÊNCIA

## Resgatar o nacionalismo

*O maior artífice da Independência foi o povo brasileiro, escreveu Pedro Pomar, em 1972*

AUGUSTO C. BUONICORE

da repressão política, o principal homenageado foi o imperador D. Pedro I, cujos restos mortais foram transladados para o Brasil — um presente da ditadura salazarista de Portugal. Esta manipulação reacionária dos símbolos nacionais conduziu a um certo afastamento de setores democráticos e populares que, junto com a rejeição à ditadura, rechaçavam também os símbolos e as datas nacionais.

Mas nem toda a esquerda rompeu com a necessidade de reafirmação do nacionalismo, especialmente de cunho antiimperialista. Os comunistas, por exemplo, afirmavam que o regime militar não representava o conjunto da nação e era preciso tirar das mãos da ditadura a bandeira nacional e tudo aquilo que ela representava de positivo, espírito traduzido no documento *O povo conquistará a verdadeira independência*, escrito em 1972 pelo veterano dirigente comunista Pedro Pomar e publicado em uma edição clandestina de *A Classe Operária*.

Pomar, que foi assassinado pela ditadura na Chacina da Lapa em dezembro de 1976, escreveu que, ao comemorar a Independência, “as forças populares e patrióticas, especialmente os comunistas, compreendem que sua missão principal consiste em desmascarar o pseudo patriotismo das classes dominantes; em salientar as lutas do povo e honrar a memória dos que se sacrificaram pela pátria. (...) A proclamação da Independência e a fundação do Estado nacional brasileiro, em 1822, resultaram de um cruento e doloroso processo de lutas e vicissitudes. Seu maior artífice foi o povo. Cabe-lhe o principal mérito pela vitória da causa autonomista”. Por isto, continuou ele, “as forças populares e patrióticas comemoram o sesquicentenário da independência política erguendo bem alto a bandeira da luta revolucionária pela liberdade e emancipação nacional (...) Reverenciam a memória dos heróis e dos mártires da luta pela independência, pela abolição e a Repúbli-

ca, dos patriotas que tombaram pugnando contra o imperialismo e a reação, dos democratas assassinados pelo governo militar”.

A Independência, em 1822, foi um momento decisivo na constituição da nação brasileira. Não era possível que o país avançasse sem a conquista da autonomia política e a constituição de um Estado Nacional. Por sua vez, esta é uma das condições essenciais para transição revolucionária ao socialismo.

Mesmo duramente reprimidos os comunistas viram razões de sobra para comemorar o sesquicentenário, sabendo separar o patriotismo autoritário do nacionalismo de extração popular, reafirmando que a nação não se confundia com a ditadura, mas era obra do povo e de seus heróis.

Este é um resgate cuja necessidade permanece principalmente porque amplos setores das elites brasileiras, inspiradas pela ideologia neoliberal, divorciaram-se das aspirações nacionais, negando o nacionalismo e a possibilidade de qualquer projeto efetivamente nacional.

As forças progressistas precisam apoiar decididamente a iniciativa de Lula e exigir que esta retomada do nacionalismo avance ainda mais, apontando para a construção de um novo projeto de desenvolvimento nacional autônomo e para conquista da nossa “verdadeira independência”, com a qual sonhava o comunista Pedro Pomar.

## ANISTIA

# Homenagem na Câmara

Centenas de pessoas lotaram o plenário da Câmara dos Deputados em 31 de agosto para comemorar os 25 anos da Lei da Anistia

MÁRCIA XAVIER, DE BRASÍLIA

Em meio a discursos inflamados dos parlamentares — vários deles anistiados —, a anistia de 1979, cujos 25 anos foram comemorados naquela sessão solene, foi considerada “uma conquista do povo brasileiro e não uma concessão do governo militar”, nas palavras do deputado Luís Eduardo Greenhalgh (PT-SP), autor do requerimento para a sessão comemorativa e presidente da Comissão de Direitos Humanos

da Câmara. A tônica dos discursos foi também a necessidade de acelerar os processos de pagamento das indenizações às vítimas da ditadura militar.

O deputado Jamil Murad (SP) falou em nome do PCdoB, dizendo comemorar a “grande conquista que foi a anistia, uma vitória da liberdade contra a opressão e a ditadura”. “Hoje”, disse, “também é um dia de homenagem a todos os combatentes que, por um golpe de

sorte, felizmente estão vivos. Mas presto uma homenagem particular aos companheiros de todas as organizações políticas que, de maneira corajosa, abdicando da sua própria vida, foram para as tribunas, para as ruas e para as trincheiras da guerrilha a fim enfrentar o regime que oprimia o povo, até derrotá-lo”.

Jamil foi aplaudido ao defender a aplicação total da Lei da Anistia, incluindo 22 homens moradores da região do Araguaia — participantes da guerrilha que ainda não tiveram seus direitos reconhecidos. O parlamentar atribui as dificuldades “para fazer cumprir a Lei da Anistia, para fazer reconhecer e pagar direitos” aos que ainda resistem ao sistema democrático. Ele lembrou que a luta pela anistia “alicerçou a luta pela democracia” e persiste na transformação do “Brasil numa pátria soberana”.

A Lei da Anistia, limitada e recíproca, foi promulgada no dia 28 de agosto de 1979, pelo então chefe de governo, general João Baptista Figueiredo. Desde então, ela foi aperfeiçoada por várias medidas legais. A Constituição de 1988 eliminou a maioria das limitações da Lei de 1979, mas manteve



Jamil, em nome do PCdoB, fala da Anistia

seu caráter recíproco. Em 1995, o então presidente Fernando Henrique Cardoso promulgou a Lei 9.140, que reconheceu a responsabilidade do Estado pelas mortes e desaparecimentos por motivação política entre setembro de 1961 e agosto de 1979. Em novembro de 2002, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a lei 10.559, que prevê o pagamento de indenizações para perseguidos políticos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

Depois da solenidade, os manifestantes foram em passeata até o Palácio do Planalto para encontrar o presidente Lula e reivindicar o atendimento aos direitos de todos as pessoas punidas por crimes políticos.

## Geral e irrestrita, graças à mobilização popular

A luta pela anistia acompanhou a ditadura militar de 1964 desde seu início quando, em 9 de abril daquele ano, pouco mais de uma semana depois do golpe que derrubou João Goulart, os golpistas impuseram o Ato Institucional nº 1, e cassaram os direitos políticos, demitiram sumariamente funcionários públicos e indicaram centenas de brasileiros em Inquéritos Policiais Militares.

Em agosto do mesmo ano, a Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil, integrada por João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois, dentre outros, já denunciava: “Governadores e prefeitos, eleitos pelo povo, foram substituídos arbitrariamente por militares ou seus prepostos. Nos sindicatos, foi estabelecido o regime de intervenção ministerial. Estudantes e professores foram expulsos das universidades. Centenas de oficiais e sargentos viram-se reformados ou aliados sumariamente das Forças Armadas. E, com a cassação dos mandatos, o Parlamento transformou-se em simples chancelaria do Poder Executivo. A isto os golpistas denominaram de ‘limpeza de área’”. Adiante, os comunistas afirmaram: “A libertação dos presos políticos, a denúncia dos crimes contra eles cometidos, a repulsa ao sistema de delação organizada, a liquidação dos inquéritos policial-militares, a suspensão das intervenções nos sindicatos, a anulação das penalidades contra alunos e professores das universidades, a reabertura dos jornais arbitrariamente fechados, a cessação das perseguições a funcionários públicos, enfim, o restabelecimento das franquias democráticas constituem uma exigência da nação”.

Apesar da rigorosa clandestinidade, em junho de 1966 o PCdoB aprovou em sua VI Conferência, como tarefa dos comunistas, “exigir a cassação das perseguições de caráter político. Liberdade para os presos políticos e invalidação de todos os inquéritos policial-militares”. Em 67, a Frente Ampla, articulação integrada por Goulart, Juscelino Kubitschec e Carlos Lacerda, propôs “anistia geral, para que se dissipe a atmosfera de guerra civil que existe no país”.

No ano seguinte, o deputado Paulo Maccarini, do MDB catarinense (o único partido legal de oposição), apresentou projeto concedendo anistia, rejeitado pela Arena, o partido da ditadura. O mesmo MDB, em 1972, incluiu no seu programa a defesa da “Anistia ampla, geral e irrestrita”. Em fevereiro de 1974, a advogada Terezinha Zer-



Teotônio Vilela visita os presos políticos durante discussão da anistia

bini, esposa de um dos generais cassados em 1964, liderou a fundação do Movimento Feminino Pela Anistia. Seis meses depois, a Ordem dos Advogados do Brasil aprovou moção de anistia, e a reivindicação logo ganhou apoio no exterior, com a criação de 19 Comitês Pró-Anistia Geral no Brasil em diversos países.

A primeira manifestação pública ocorreu em abril de 1977, num ato de protesto contra prisões políticas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Em julho, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência reivindicou reintegração de cientistas cassados nas instituições em que trabalhavam. Pouco depois, o I Encontro Nacional pela Anistia deu

base para a fundação, em fevereiro de 1978, do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA).

As manifestações multiplicaram-se, dentro e fora do país. O senador Teotônio Vilela, oriundo da Arena alagoana, visitou os presídios políticos de todo o país. Em 23 de agosto de 1979, acuado, o governo militar fez aprovar no Congresso a anistia restrita.

Mas os brasileiros não queriam “liberdade pela metade”, como informavam os cartazes do CBA. As ruas se encarregaram de ampliar a anistia. Milhares de brasileiros retomaram suas vidas. Muitos, no entanto, não foram beneficiados pela anistia: cerca de 400 brasileiros mortos na luta pela democracia. (Carlos Pompe)

## TRABALHO ESCRAVO

## Erradicação

Optimismo. Esta foi a impressão que ficou depois da apresentação ao presidente Lula, no dia 16, de um levantamento dos dezoito primeiros meses do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. O relatório é o resultado do trabalho encabeçado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, sob comando do ministro Nilmário Miranda. Das 76 ações contidas no Plano, 65 já foram terminadas ou estão em processo de conclusão. Além disso, desde a sua concepção, em março de 2003, o Plano avaliou 26 denúncias de crimes contra 118 pessoas envolvidas na prática do trabalho escravo, em pelo menos seis estados brasileiros.

Outro aspecto positivo foi a melhoria dos recursos materiais, permitindo maior eficiência no trabalho das equipes envolvidas. Durante um ano e meio, 387 propriedades foram fiscalizadas por 99 operações; 6.465 trabalhadores escravizados foram libertados; foram lavrados 3.633 autos de infração e o pagamento de direitos trabalhistas alcançou R\$ 8,7 milhões.

Os bons resultados obtidos, diz o relatório, resultam da ação conjunta entre governo, órgãos do poder público e entidades não-governamentais, como Polícia Federal, MST, Inbra, Conselho Monetário Nacional, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal, Tribunal Superior do Trabalho, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Radiobrás, entre outros.

Exemplo da eficiência desse tipo de crime é o Pará, um dos recordistas no uso da mão-de-obra escrava. Numa iniciativa inédita, a Delegacia Regional do Trabalho elaborou um plano de estratégias para promover o trabalho rural dentro dos padrões legais. À frente dos trabalhos esteve a ex-deputada federal pelo PCdoB, Socorro Gomes, sob cuja direção o DRT-PA passou a dispor de pontos como promoção de Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Escravo e em Defesa da Vida; eventos de capacitação e envolvimento dos servidores do DRT; criação do Disque Denúncia; ações de monitoramento; a cartilha *Trabalho rural, sim! Escravo, não!*, de orientação aos trabalhadores, sindicalistas e lideranças rurais; o programa *DRT até você* de acesso aos serviços do DRT etc. Socorro Gomes destaca que “a persistência do trabalho escravo no Brasil e no estado do Pará, tristemente indicado como recordista desta prática, é uma nota em nossas vidas que não pode ser definitivamente apagada” (Priscila Lobregatte).

ELEIÇÃO 2004

# Fundamental é o projeto político do Partido

*Os candidatos comunistas estão no páreo, com destaque para Fortaleza, Manaus, Olinda, Barra do Garças e Ijuí. Mas as direções precisam se empenhar em aplicar o projeto político do Partido*

JOSÉ CARLOS RUY E CARLOS POMPE ENTREVISTAM RENATO RABELO

**A Classe Operária:** Qual sua avaliação do quadro geral da atual eleição?

**Renato Rabelo:** Comparando com as eleições passadas, estas são feitas num período relativamente curto, e agora é que começa a fase da definição das tendências mais importantes. Vão se conformando os verdadeiros competidores, os que têm chances efetivas de vitória. Também se esboça um quadro de debate dos problemas locais, sérios, que se acumularam. Problemas que às vezes não se restringem ao panorama local, como desemprego, violência, saúde, sobretudo nos grandes centros. Agora, essa campanha tem um sentido maior e polariza o embate entre as forças que compõem o governo Lula, tendo à frente o PT, e as forças que compõem a oposição, tendo como centro o PSDB.

**A Classe Operária:** Ocorre um certo julgamento do governo...

**Renato Rabelo:** Sim, claro. O sentido é esse. Os derrotados de 2002 tentam acumular forças e voltar; os que venceram aquelas eleições buscam se consolidar. Este é o sentido mais amplo da batalha atual.

**A Classe Operária:** A oposição tem um discurso único em todo o país?

**Renato Rabelo:** O discurso varia, porque os problemas locais pesam muito. Mas há uma identidade no discurso da oposição: acusar o governo Lula de incompetente. Ultimamente surge também a bandeira do autoritarismo. O governo Lula seria contra a democracia... Um absurdo, completamente sem sentido.

**A Classe Operária:** Qual o reflexo da retomada do crescimento econômico na campanha?

**Renato Rabelo:** Essa é outra questão. O quadro sombrio que prevalecia anteriormente, de dificuldade, desemprego etc., vai sendo mitigado. Há uma circulação maior de dinheiro no mercado interno. A renda do trabalhador, que ainda está muito baixa, pouco a pouco vai subindo. Evidentemente isso cria um clima diferente do anterior. O Produto Interno Bruto do primeiro semestre foi acima de 4%, com projeções de chegar a 4,7% ou até 5% no ano. E aí entra como um fator político importante, que vai ajudar as forças que compõem o campo do governo Lula. O discurso oposicionista se esvazia — daí o uso do discurso do autoritarismo, que é uma força de barra que não tem tamanho. Este é um governo em que o movimento popular é livre para reivindicar, e a oposição cobra que o governo deve reprimir o movimento popular. Mas a verdadeira democracia é para o povo; aqui não estamos falando de democracia para manda-chuva.

**A Classe Operária:** Com isso, os candidatos que apóiam Lula crescem?

**Renato Rabelo:** O fator político é mais favorável para as forças que fazem parte, ou apóiam, o campo do governo Lula. Essas campanhas vêm crescendo, estão em expansão. São Paulo, Porto Alegre e Belo Hori-

zonte são casos bastante elucidativos. Já se fala, em Belo Horizonte, de o Pimentel ganhar no primeiro turno. Em Fortaleza, o problema é que as forças de esquerda apareceram divididas, porque o PT manteve candidatura própria e não apoiou o Inácio Arruda, do PCdoB. Mas a maioria do PT vai passando para a candidatura do Inácio que, assim, tem grandes possibilidades de êxito. Em Olinda, na última pesquisa, a nossa candidata, Luciana Santos, já suplantou a candidata oposicionista mais importante. Nós temos também chances em municípios menores também, como Barra do Garças, Mato Grosso, e Ijuí, Rio Grande do Sul. E, neste último mês, se concentrarmos e levarmos essas campanhas para um nível mais alto ainda, a tendência que se esboça é favorável. O Partido está no páreo. Em todas essas cidades há campanhas em crescimento. Em Fortaleza somos uma força bastante competitiva, com grandes possibilidades de êxito. É a quinta capital do país. Em Manaus a campanha pode crescer muito. O povo está registrando o caso do Amazonino (o envolvimento de seu candidato a vice com a corrupção apurada pela Operação Albatroz, da Polícia Federal), que é um verdadeiro escândalo e a coisa pode dar um salto.

**A Classe Operária:** Até aqui falamos das candidaturas a prefeito. E os vereadores?

**Renato Rabelo:** Acho importante que o Partido compreenda que demos um grande passo ao lançar um número muito maior de candidatos a vereador. São quase cinco mil candidatos, bem mais do que na eleição passada. E adotamos também o seguinte critério: lançar múltiplas candidaturas ou na base de nominata própria ou nominatas em alianças, não lançando, como antes, simplesmente um ou dois candidatos

e concentrando tudo em cima deles. Esta foi uma decisão importante; o Partido lançou muito mais lideranças, ocupou espaços importantes. Mas, junto com isso, surge o problema da definição de candidaturas prioritárias porque, ao contrário, corre-se o risco de diluir tudo e não eleger ninguém. Na prática, todos os partidos fazem isso.

Contudo, em nosso Partido, isso defronta-se com resistências e dificuldades e, a esta altura, é uma questão com a qual não podemos mais perder tempo. Caso contrário, o Partido pode até ter um número de votos maior, mas não eleger ninguém. De que adiantou isso? E aí surge um problema importante para o nosso Partido que, como sempre dizemos, é diferente dos outros partidos: os projetos eleitorais são projetos partidários e não projetos de tal ou qual candidato. Se persiste essa idéia de levar em conta o interesse de tal ou qual candidato, o Partido se perde em múltiplos projetos e não vai prevalecer o projeto comum, o projeto de Partido. Esse é o principal problema na atual fase da eleição, que o Partido vai ter de levar em conta, vai ter de enfrentar. Ou enfrenta essa questão e define prioridades de



Renato: "O tempo é curto para o eleitor fixar o número. Precisamos destacar mais o 65"

concentração em torno das candidaturas com mais chances de se eleger e com mais densidade eleitoral — os chamados "puxadores de voto" — ou a gente pode ter grandes dificuldades de eleger nossos candidatos. É preciso dizer isso com muita força. Esta não é uma questão localizada, mas está acontecendo de uma maneira geral. Por isso é um problema importante. Não é de tal ou qual lugar. É um problema geral.

**A Classe Operária:** É preciso definir o projeto político...

**Renato Rabelo:** É o projeto do Partido, porque todos são candidatos do Partido. Se diluímos e colocamos tudo como se fosse a mesma coisa, aqueles que têm melhores condições de ter mais votos, os puxadores de voto, podem não exprimir isso. E aí perde todo o mundo. Seria uma atitude irracional. Porque é uma questão de investimento: num determinado candidato você investe e vem pouco voto. Em outro, você faz um investimento maior e vem muito mais voto. E pode eleger os dois. Ajuda o conjunto. Essa é a questão, é a necessidade de ter uma visão realista e racional do problema.

**A Classe Operária:** Essa é uma questão estratégica do comando de campanha. E com relação ao coletivo partidário?

**Renato Rabelo:** O coletivo tem participado e, por ser uma campanha curta, tem respondido e reagido com mais rapidez do que nas eleições passadas. O coletivo tem se empenhado porque hoje nós temos mais candidatos e temos candidatos majoritários, e o Partido está mais empenhado do que nas eleições de 2000, mais envolvido, mais presente. Porque com múltiplos candidatos e com nominatas próprias, está lá o PCdoB, presente. É preciso fazer a campanha, a legenda, o 65; os candidatos majoritários levam também a uma presença e uma aparição muito maior do PCdoB, e isso estimula, galvaniza, mobiliza mais a militância, os amigos, as aliados.

**A Classe Operária:** Podemos dizer que o coletivo foi ganho para a campanha?

**Renato Rabelo:** Ah sim, o coletivo

tem reagido muito bem nesta campanha. Exatamente porque o Partido tem muito mais presença na campanha.

**A Classe Operária:** E os aspectos organizativos da campanha?

**Renato Rabelo:** O problema mais importante é que o Partido, numa campanha eleitoral, não deve se desorganizar. Houve avanços aqui por que, antes se desorganizava para fazer a campanha, o que é um contra-senso. A questão mais importante da organização é essa: onde o Partido mais leva em conta sua estrutura; ela e a direção funcionam, sem se dispersar em comitês eleitorais, mantendo seu núcleo de direção, e a estrutura do partido se insere no processo da campanha, e não se desmancha. Outro desafio que é uma particularidade das batalhas políticas, é a busca de recursos. Esta é uma questão política, que não pode ser deixada apenas para o tesoureiro ou para um membro da direção resolver. Ele cabe à direção do Partido porque é um problema político essencial, imposto pela realidade das campanhas eleitorais. Temos de disputar, de concorrer nesse nível. E existem recursos, que temos de conseguir através da nossa influência política, que deve ser exercida e procurada. Para obter o máximo dessa potencialidade é preciso um esforço político grande, que cabe à direção e não a uma pessoa só. Ou a direção o assume como uma tarefa política primordial ou então não tem resultado. Outra tarefa fundamental, na campanha, é demonstrar ao eleitorado quais são, qual a linha e quem é o nosso concorrente, o que ele esconde, o que ele é. Esse é o jogo na eleição majoritária neste último mês. E nas candidaturas proporcionais, para vereador, a questão principal é a de fixar o número do Partido e do candidato porque, no Brasil, vota-se no número. Isso já está fixado e é universal. A urna eletrônica vai funcionar em todo lado e por isso é fundamental lembrar o número. É preciso trabalhar desde agora; o tempo é curto para o eleitor fixar o número, fixar a legenda do Partido, porque o 65 já pode ser divulgado. Precisamos destacar mais o 65.

**O Partido lançou muito mais candidatos e com isso surge o problema da definição de candidaturas prioritárias, cuja solução é fundamental, embora encontre resistências e dificuldades**

ELEIÇÃO 2004

# Panorama nacional indica crescimento da esquerda

Em todo o Brasil, as candidaturas da base do governo federal ganham força e ameaçam conservadores

PRISCILA LOBREGATTE

O PCdoB tem neste ano seu melhor desempenho em campanhas eleitorais desde sua legalização, em 1985. São 4.678 candidatos em todo o Brasil, dos quais 105 a prefeito, 165 a vice e 4.408 a vereador. Os números constataam uma tendência crescente de busca por candidatos que representem o rompimento com formatos conservadores de administração. Candidaturas comunistas ou alianças com partidos de esquerda têm garantido maior participação do Partido no cenário nacional.

No total, o PCdoB tem no Nordeste, 61 candidatos a prefeito, 92 a vice e 1.754 a vereador; no Norte, são nove, 21 e 498. No Sudeste, o Partido tem 21 candidatos à prefeitura, 36 a vice e 1.676 a vereador; no Sul, são respectivamente dez, dez e 287. Já no Centro-Oeste, são quatro candidatos a prefeito, seis a vice e 193 a vereador.

As candidaturas comunistas são abrangentes não apenas no aspecto geográfico, mas também de gênero. É a eleição em que o Partido lança o maior número de mulheres de sua história. São 12 mulheres disputando prefeituras, 42 candidatas a vice e 1.003 que lutam por vagas nas câmaras municipais. O maior número de mulheres em

disputas majoritárias está no Nordeste: 29. Nas candidaturas proporcionais, Nordeste e Sudeste têm a maioria: 385 e 383 candidatas a vereadoras. A única região sem candidatas é o Centro-Oeste.

Entre os candidatos comunistas, destacam-se ocupações como agricultor (516), professor (456), servidor público (417), operário (350), comerciante (335) e estudante (162).

Das quatro capitais onde quase certamente não haverá segundo turno, os partidos com melhores chances de decidir o pleito são da base do governo: PT, PSB e PPS. Entre as nove capitais em que a disputa pode ser resolvida no primeiro turno, a base governista tem quatro candidaturas fortes, entre elas duas do PT, em Belo Horizonte e Aracaju.

Nas demais treze capitais, se as eleições fossem hoje, a decisão iria para o segundo turno. Nestas, o campo governista só estaria fora das disputas em Salvador e Teresina. Considerando-se as circunstâncias atuais, o PT poderia estar em até seis cidades: Recife, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Cuiabá e Vitória.

Tendo em vista esses dados, o PT pode ganhar em quatro capitais no primeiro turno e, se as eleições fossem hoje, a base do go-



Aldo Rebelo e Inácio Arruda em campanha

verno venceria em outras sete, enquanto a oposição teria cinco. A análise desses números deixa claro que a campanha comunista vem crescendo sensivelmente, uma demonstração do amadurecimento político da popu-

lação, que pouco a pouco conhece e confia mais na esquerda, e de maior aceitação das propostas comunistas no Brasil. Uma nova configuração das forças políticas pode estar despontando nas eleições 2004.

## Candidatos a prefeito do PCdoB

### ACRE

Cidade	Candidato (a)
Capixaba	Auristério De Carvalho Ferreira
Mancio Lima	Eriton Maia de Macedo
Santa Rosa	Francisco Lopes Augusto Kaxinawá
Tarauaca	Francisco das Chagas Batista Lopes

### ALAGOAS

Campestre	José Amaro da Silva Cruz
Joaquim Gomes	José Murilo Damaso de Almeida
Marechal Deodoro	Antonio Volney César Rebelo
Porto Calvo	Carlos Roberto Lins Barbosa

### AMAZONAS

Eirunepe	Marcos Antonio Cavalcante Monteiro
Guajará	Jose Valderi Farias de Souza
Manaus	Vanessa Grazziotin
Presidente Figueiredo	Geni Alves da Silva Narimatsu

### BAHIA

Caetite	Francisco Nelson Castro Neves
Caturama	Luciana Almeida Oliveira
Entre Rios	Antonio Carlos Santana Dantas
Igrapiuna	Carlos Alberto Araujo Docio
Jussari	Jose Guimaraes de Sousa
Nova Vicosas	Nildo Ferreira Lage
São José do Jacuípe	Antonio Cival da Silva
Simões Filho	Daniel Gomes de Almeida
Uaua	Basilio Gomes Gonçalves
Utinga	Jailton Santos Monteiro

### CEARÁ

Acaraú	Gutemberg Francisco Felipe Rocha
Fortaleza	Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda
Iracuba	João Batista Mota Araújo
Madalena	Raimundo Moraes Filho
Novo Oriente	Jairo Gonçalves de Oliveira
Santa Quitéria	João de Paiva Bendô
Santana do Acaraú	Antônio de Pádua Arcanjo

### ESPIRITO SANTO

Marataizes	Emílio Santos Machado
Pinheiros	Vilmar Gomes Teixeira

### GOIÁS

Cocalzinho de Goiás	José Milton Bezerra de Souza
---------------------	------------------------------

### MARANHÃO

Açailândia	Domingos Izaías Cezar Ribeiro
Moncao	João De Fátima Pereira
Pindare Mirim	Joana Fernandes Moraes Santos
São João do Caru	Edinaldo Prado Nascimento

### MINAS GERAIS

Água Boa	Idelson Batista Ribeiro
Cataguases	José Cesar Samor
Dionisio	Suely Maria da Silva
Rio Pomba	Jairo Martins Mata
Santa Vitória	Jose de Queiroz Bernardes
São José da Safira	Alvairson Pereira Felipe

### MATO GROSSO

Barra Do Garças	Zozimo Wellington Ferreira
Juscimeira	Olimpio Bruno da Costa
Sinop	Luiz da Penha Araujo

### PARAÍBA

Areia	Joao Batista Soares
-------	---------------------

### PERNAMBUCO

Camargibe	Joao Ribeiro de Lemos
Caruaru	Eduardo Teixeira Guerra
Cortes	Valdenito Alves da Silva
Igarassu	Manoel José de Santana
Mirandiba	Bartolomeu Tiburtino de Carvalho Barros
Olinda	Luciana Barbosa de Oliveira Santos
Sanharo	César Augusto de Freitas
São Caetano	Clecio Leal dos Santos
Tacaratu	Divanir Deoclécio de Araújo

### PIAUI

Água Branca	Aluisio de Moraes
Batalha	Raimundo Nonato Castro Machado
Beneditinos	Verônica Maria Ribeiro Marques
Boa Hora	Manoel Francisco Arrais De Resende
Buriti dos Lopes	Carlos Alberto de Araujo
Campo Grande do Piauí	João Batista de Oliveira
Canavieira	José Donato de Araújo Neto
Canto Do Buriti	José de Ribamar Neiva Lopes
Currais	Eduardo Martins Rosal
Elesbão Veloso	Francisco Jose Portela Moura
Guadalupe	João Luiz da Rocha
José de Freitas	Francisco da Cruz Carvalho Araujo
Landri Sales	Amélio Baia de Oliveira
Manoel Emidio	Antonio Sobrinho da Silva
Novo Oriente do Piauí	Genivaldo Soares Torres
Oeiras	Deolindo Ferraz Nunes Filho
Palmeirais	Márcio Soares Teixeira
Santa Cruz do Piauí	Alcides Pinheiro de Araújo Neto
Sigefredo Pacheco	Maria Helena Melo Prudêncio
Teresina	Robert Rios Magalhães

### PARANÁ

Antonina	David Carlos de Souza
Francisco Beltrao	Jocemar Roberto Madruga
Nova América da Colina	Cicero Laurentino Cardoso
Pato Branco	Nereu Faustino Ceni
Terra Rica	Alfredo Rachid

### RIO DE JANEIRO

Miguel Pereira	Mauro de Alvarenga Peixoto Gonçalves
Rio De Janeiro	Jandira Feghali
S. Francisco de Itabapoana	Valter Junior Henriques Gomes
Sapucaia	Julio Cezar Alves da Silveira
Valença	Genaro Eurico Rocha

### RIO GRANDE DO NORTE

Boa Saúde	Geraldo Nunes da Silva
Lagoa de Velhos	João Leonardo da Silva
Rafael Godeiro	Ana Sufia Nunes

### RORAIMA

Alto Alegre	Yvone Soares Amorim
-------------	---------------------

### RIO GRANDE DO SUL

Butia	Everaldo Ferreira de Almeida
Caxias do Sul	Déo Deodato Gomes
Gravataí	Neio Lucio Fraga Pereira
Ijuí	Junior Carlos Piaia

### SANTA CATARINA

Indaial	Anadia Aparecida Novack
---------	-------------------------

### SERGIPE

Estância	Joilson Santos Meneses
----------	------------------------

### SÃO PAULO

Cabreúva	Jose Sergio Rigamonti
Conchal	Francisco Suassuna Virgolino
Guararema	Raimundo Ramos
Guarujá	Giovani Vassopoli
Ibaté	Jose Luiz Parella
Ibitinga	Marco Antônio da Fonseca
Miguelópolis	Lauro Fernandes da Silveira
Nova Granada	Vilson Caetano Rodrigues

## FORTALEZA

# “Sou PT, voto Inácio 65”

Em visita à capital cearense, dia 4, o ministro da Casa Civil, José Dirceu (PT) confirmou seu apoio à candidatura de Inácio Arruda (PCdoB) durante o lançamento oficial do movimento pelo voto útil “Sou PT, voto Inácio 65”, que reuniu mais de 1.500 pessoas. José Dirceu assegurou que foi um dos que trabalhou e defendeu uma aliança na capital cearense em torno de um só candidato que representasse as classes trabalhadoras e populares para dar credibilidade e consistência à tarefa, que é vencer as eleições na cidade. Mas, por decisão tomada em um encontro municipal, o PT escolheu apresentar uma candidatura própria e lançou o nome de Luizianne Lins, dividindo a esquerda local. Durante o ato do dia, Inácio Arruda lembrou as diversas vezes em que o PCdoB poderia ter lançado candidato próprio para demarcar espaço e expor seu programa partidário, mas preferiu compor com o PT, “porque não queríamos ajudar a derrotar o Brasil”.

Ao falar das políticas para o Nordeste, o ministro afirmou que estavam garantidos os recursos para a transposição das águas do rio São Francisco e enfatizou o programa de agricultura familiar. “Venho ao Ceará otimista, com fé e esperança de que venceremos estas eleições com a união das forças políticas e sociais que sustentam o governo

Lula”. Ao final, conclamou a todos “os companheiros e companheiras do PT,” a entrem de cabeça na campanha de Inácio Arruda”. Não temos mais o que discutir nem debater, temos de vencer esta eleição”, concluiu.

“Nosso alvo é derrotar os candidatos conservadores do PSDB e do PFL”, afirmou Inácio, depois de agradecer à adesão dos petistas. “A união é fundamental para conseguirmos derrotar os conservadores”, continuou, observando que aliou-se ao PPS, PL, PCB, PMN e PRONA, porque “somente unidos teremos condições de vencer”.

De acordo com pesquisa encomendada pelo diário *O Povo* ao instituto de pesquisas Datafolha, os três primeiros candidatos à prefeitura de Fortaleza estão tecnicamente empatados. Antonio Cambraia (PSDB) tem 28%, Moroni Torgan (PFL) está com 24% e Inácio Arruda (PCdoB) tem 23%. O levantamento foi feito nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, ouvindo 881 pessoas. Na pesquisa espontânea, o resultado também está empatado. Cambraia tem 20% das intenções, contra 16% de Inácio e 15% de Moroni. Inácio foi quem teve o maior crescimento de eleitores consolidados entre as duas últimas pesquisas, passando de 45% para 63%. Outro dado importante da pesquisa é que 38% dos entrevistados admitiram que ainda podem mudar de voto.



Luciana, à direita, com eleitores em Guadalupe, bairro popular de Olinda

## OLINDA

## Luciana cresce nas pesquisas

Na última pesquisa encomendada pelo *Diário de Pernambuco* ao instituto Em Data, a prefeita comunista de Olinda, Luciana Santos, tem 32% das intenções de voto, cinco pontos percentuais à frente da ex-prefeita Jacilda Urquiza (PMDB). Luciana ganhou 10 pontos percentuais em relação à pesquisa divulgada pelo jornal em 29 de junho. Já na pesquisa espontânea, Luciana tem 26% e Jacilda 21%. Numa simulação para o segundo turno, Luciana venceria com 43% de votos contra 37% de Jacilda. No quesito “índice de rejeição”, Luciana também tem os melhores resultados. Entre os entrevistados, 41% disseram que não votariam em Jacilda, contra 36% de Luciana.

Estes números refletem-se na campanha que, diz a candidata comunista, “está animadíssima, com uma adesão cada vez maior da população e uma atitude militante por parte dos eleitores. Estamos avançando nas obras de melhoria da cidade e na adesão ao governo Lula, fatores que têm mostrado o que somos capazes de fazer por Olinda em sintonia com o governo federal”. O objetivo agora é, segundo Luciana, am-

pliar o corpo a corpo, aumentando o número de caminhadas para três por dia, de maneira que seja possível chegar aos locais em que a campanha ainda não esteve. O apoio à reeleição de Luciana tem sido reforçado pela chancela de ministros como Agnelo Queiroz (Esporte), Humberto Costa (Saúde) e Aldo Rebelo (Coordenação Política e Assuntos Institucionais). Em visita à cidade pernambucana na primeira semana de setembro, Aldo Rebelo foi recebido pela prefeita e acompanhou de perto as obras que já estão em curso na cidade. A prefeita aproveitou a visita para apresentar ao ministro o projeto de intervenção na Bacia do Beberibe, onde serão realizadas ações estruturadoras e intervenções de urbanização e saneamento.

O próximo passo da prefeitura é a captação de recursos para intervenções na Bacia do Paratibe, que ocupa cerca de 60% da área do município e concentra cerca de 52% de sua população. De acordo com o ministro, “a reestruturação da Bacia do Paratibe é de relevância social. A população e o turismo da cidade serão os maiores beneficiados. O governo federal tem interesse em apoiar projetos como este” (Com Luci Siqueira, de Recife).

## MANAUS

## Corrupção atinge Amazonino

O incômodo causado pelas investigações da Operação Albatroz — que descobriu o desvio de mais de R\$ 500 milhões dos cofres do estado do Amazonas em fraudes nas licitações realizadas nos últimos anos e denunciou mais de vinte pessoas que supostamente teriam ligação com o ex-governador Amazonino Mendes — resultou numa ação defensiva por parte do candidato do PFL. Propagandas veiculadas pela coligação *Manaus Melhor*, encabeçada pela candidata à prefeitura Vanessa Grazziotin, pediam que a população não votasse em corrupto e ladrão nas próximas eleições, sem citar nome de nenhum candidato. Ofendido, Amazonino entrou com pedido de liminar para impedir que as inserções publicitárias com esse conteúdo fossem exibidas. No total, onze propagandas de quinze segundos deixaram de ser exibidas ao longo da programação do dia 6 de setembro. A assessoria jurídica da coligação de Vanessa recorreu da decisão no Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM).

Desde a divulgação dos resultados da Operação, o candidato do PFL perdeu 10% das intenções de voto. A queda demonstra que há um certo cansaço em relação aos métodos arcaicos usados pelo candidato. Em contrapartida, Vanessa é uma candida-

ta que cresceu no meio do povo, com ações e projetos que respondem às necessidades populares. “Vanessa é o oposto do que vem se apresentando nos últimos anos. É uma candidatura popular contra outra que tem por vocação agredir a população, os trabalhadores”, diz o deputado estadual Eron Bezerra, presidente estadual do PCdoB-AM.

Com o novo cenário que se desenha, a tática da candidata comunista é mostrar o que há de diferente entre as candidaturas conservadora e mudancista. Um dos pontos trabalhados é a resposta às falsas acusações de que Vanessa teria votado contra o aumento do salário mínimo. Seu material de campanha mostra que ela apresentou, no primeiro turno da votação do salário mínimo, uma proposta de reajuste para 280 reais e a adoção de uma política permanente de recomposição desse valor baseada no crescimento econômico. O aumento sugerido não foi aprovado, mas a proposta de uma nova política salarial foi acatada. “Nós temos dois eixos centrais da campanha: um é colocar em campos opostos a integridade de Vanessa contra a corrupção; a esquerda contra o conservadorismo. Depois, mostrar que ela é a candidata que pode trazer as mudanças de que Manaus precisa, evidenciadas durante a apresentação do seu programa de governo”, explica Bezerra.

## SÃO PAULO

## Marta lidera e é preferência na periferia

Pesquisa Vox Populi realizada no dia 6 indica vantagem de Marta Suplicy (PT) em São Paulo. A candidata da coligação que reúne PT, PCdoB, PTB, PSL, PL, PRTB e PTN tem 33% das intenções de voto, enquanto o segundo colocado, José Serra (PSDB, PFL, PPS) tem 25%. Em seguida, vem Paulo Maluf (PP), com 21%; Luiza Erundina (PSB), amarga 3%, Francisco Rossi (PHS), 2%, Dra. Havanir (Prona) e Paulinho (PDT) são lanterninhas, com 1% cada, enquanto Osmar Lins (PAN) e Ciro Moura (PTC/PSC/PT do B/PRP), não atingiram 1%, e Anaí Caprone (PCO), Dirceu Travesso (PSTU), Luiz Penna (PV), João Manuel (PSDC) e Walter Canoas (PCB) não foram citados no levantamento.

A pesquisa, encomendada pelo Correio Braziliense, ouviu 1006 eleitores entre 28 e 30 de agosto. O instituto constatou também que na hipótese de segundo turno, Marta venceria Paulo Maluf, mas perderia para José Serra.

Outro levantamento recente feito, pelo Datafolha, indica a preferência pela candidata petista nos bairros mais populares. A pesquisa mostrou que entre as classes mais pobres e entre os trabalhadores, Marta tem aceitação maior, fruto das políticas voltadas para as populações mais necessitadas. Já José Serra e Paulo Maluf são os preferidos da elite paulistana. Entre os mais pobres, Marta tem a preferência de 42% dos eleitores, enquanto o tucano tem apenas 26%. Na região centro-oeste, Marta fica um ponto atrás de Serra, com 30% das intenções. A pesquisa ouviu 1.720 pessoas no dia 26. As últimas pesquisas e o resultado do debate realizado dia 30 pela Rede Record indicam tendência à polarização entre Marta e Serra, que representam a continuação de um projeto de mudanças em prol da população, contra a política de direita seguida para os interesses da elite paulistana.

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Getúlio Vargas

## TRABALHADORES

# CSC não avaliza projeto de reforma sindical do FST

*Os pontos controversos: restrições à exclusividade de representação, sindicato derivado, e o prevaletimento da negociação sobre a lei – isto é, a flexibilização dos direitos*

UMBERTO MARTINS \*

O coordenador nacional da Corrente Sindical Classista (CSC), João Batista Lemos, afirmou em entrevista para **A Classe Operária** que o projeto de reforma sindical do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) não tem o respaldo da Corrente. Ele esclareceu que, desde o início dos debates em torno de uma nova estrutura sindical no governo Lula, a CSC vem atuando com o objetivo de obter um amplo consenso das lideranças e entidades representativas da classe trabalhadora em torno de uma proposta voltada para o fortalecimento do movimento sindical, bem como das lutas e da unidade classista no contexto de um novo projeto de desenvolvimento nacional, fundado na defesa da soberania e na valorização do trabalho.

É neste sentido que as lideranças classistas têm participado juntamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), que reúne representantes do trabalho, do governo e do capital. “Infelizmente”, explicou, “embora contenha pontos inegavelmente positivos e por isto mereça o nosso respeito, o projeto do FST não expressa o consenso para o avanço do movimento sindical brasileiro. Reflete antes preocupações e concepções de uma parcela deste movimento que, salvo exceções, carece de maior representatividade e historicamente nunca jogou um papel muito positivo

na luta da classe trabalhadora em defesa da democracia e dos direitos sociais”. O FST é composto principalmente por confederações e federações independentes (ou seja, não filiadas a centrais sindicais), das quais poucas são realmente representativas.

## Fórum tripartite

Já no Fórum Nacional do Trabalho (tripartite), que já concluiu as discussões sobre organização sindical, participam as entidades mais representativas do movimento sindical e com maior presença nas lutas, destacando-se a CUT. Por si só, na opinião do coordenador da CSC, isto não garante que a proposta encaminhada ao governo – que será transformada em projeto para apreciação do Congresso Nacional – seja perfeita ou mesmo represente o consenso imaginado pelos classistas, até mesmo porque não se deve esquecer a incômoda (porém inevitável) presença do patronato.

O relatório final do FNT “contém pontos positivos, alguns deles propostos pela CSC, ao lado de outros que nos preocupam”, pondera Batista. Ele aponta, entre os aspectos progressistas, “a instalação de comitês sindicais de base, a representação por ramos de atividade, certa atualização da unicidade através da exclusividade de representação

vinculada à instituição de um Código Eleitoral para coibir o bandidismo e as fraudes nas eleições sindicais, bem como a critérios de representatividade, o reconhecimento das centrais sindicais, o Contrato Coletivo Nacional, o fim do Imposto Sindicato e a criação, em sua substituição, de uma Contribuição Negocial, que deve ser aprovada em assembleia e ter caráter compulsório, não se admitindo o direito a oposição”.

## Projeto de Lula

O que mais preocupa é certa orientação pluralista, que pode favorecer a divisão e fragmentação das organizações sindicais, visível nas restrições que se quer impor à exclusividade de representação (à qual só teriam acesso os sindicatos constituídos antes da aprovação da reforma) e na polêmica figura do chamado sindicato derivado, que em tese poderá ser criado pelas centrais sem obedecer a nenhum critério de representatividade. Insinuam-se também, através de alguns pontos da proposta, a filosofia neoliberal de que o negociado deve prevalecer sobre o legislado. Trata-se, em outras palavras, da flexibilização de direitos, ansiada pelos capitalistas, mas temida e considerada um retrocesso social inaceitável pela classe trabalhadora. São questões fundamentais que podem

e tendem a definir a posição final da CSC sobre a reforma.

É preciso observar que o governo ainda não apresentou a versão final do projeto que será enviado ao Congresso Nacional, “de forma que ainda não é momento de emitir uma opinião acabada ou fazer um julgamento definitivo sobre o tema. A proposta do FST pode jogar um papel positivo se for encaminhada ao debate com o objetivo de melhorar o projeto que vai ser encaminhado pelo governo Lula ao Congresso Nacional e formar um consenso no movimento sindical. Estou convencido de que não devemos partir de uma posição conservadora, avessa a toda e qualquer mudança, pois me parece óbvio que a atual estrutura sindical não corresponde plenamente aos interesses da classe trabalhadora, não favorece a luta social, carece de representatividade, enraizamento nas bases e tem escassa capacidade de mobilização e conscientização. A CSC defende mudanças para democratizar e fortalecer o movimento sindical, garantir a representação nas bases e respaldar a luta por um novo projeto de desenvolvimento nacional, fundado na defesa da soberania e na valorização do trabalho”, arremata João Batista Lemos.

\*Jornalista, assessor da Secretaria Sindical Nacional do PCdoB

## ENSINO SUPERIOR

# O futuro da universidade

*Tarso Genro comprometeu-se em garantir a gratuidade do ensino público*

LUCIANA BENTO \*

Pode-se concordar ou não com as propostas do MEC para reformar as universidades brasileiras. Mas não há como ignorar a discussão que rola solta pelo país. Nos últimos meses debates, audiências públicas, seminários e colóquios têm sido promovidos tanto pelo governo quanto por organizações da sociedade civil para discutir os rumos do ensino superior, e muitas idéias e contribuições que surgiram nesse processo foram incorporadas às diretrizes apresentadas pelo Ministério da Educação em junho.

O discurso oficial aponta para a valorização do ensino público e criação de mecanismos de regulação do ensino privado. São diretrizes “no geral, muito positivas”, diz o presidente da União Nacional dos Estudantes, Gustavo Petta. “Elas vão ao encontro das propostas tradicionalmente defendidas pela UNE: a educação é tratada como bem público e vista como um direito dos cidadãos e não mais como um serviço”.

O ministro da Educação Tarso Genro comprometeu-se também em manter a gratuidade em instituições públicas, jogando uma pá de cal em propostas como a cobrança de mensalidades de seus alunos e de taxas de ex-alunos. E, para garantir os recursos orçamentários de maneira estável para as universidades, o MEC propõe a criação de um fundo federal não contingenciável – ou seja, que não pode ser retido pelo governo – formado por um percentual da arrecadação tributária vinculada à educação.

“A UNE vê com bons olhos esta proposta mas considera ser necessário discutir também o aumento das verbas para a educação”, disse Petta. “E, em nossa avaliação, não há como levar estas propostas adiante se a política econômica do governo continuar como está. A valorização do ensino público pressupõe investimentos e o que vemos é a manutenção, a todo custo, do superávit primário –

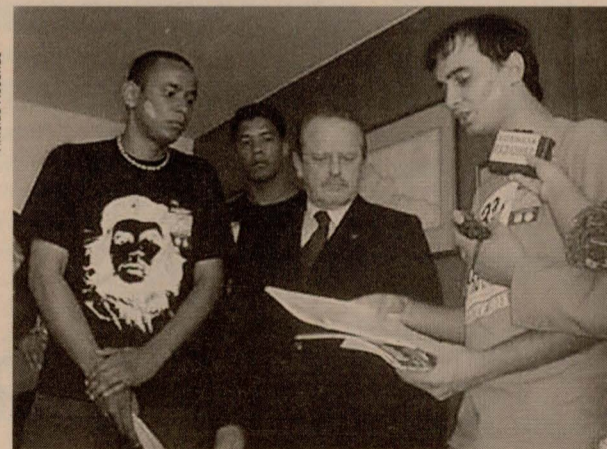
o que tem causado cortes de recursos do orçamento em vários setores”, ressalta.

Até agora existem dois projetos de lei: o que cria o Universidade para Todos (Prouni) e o que institui a política de cotas em universidades federais.

O primeiro exige que 20% das vagas das universidades filantrópicas (que não têm fins lucrativos, e incluindo as católicas) sejam destinados para professores e alunos de escolas públicas, cuja família tenha renda per capita de até um salário mínimo. Já as instituições privadas com fins lucrativos que aderirem ao Prouni e destinarem 10% de suas vagas a alunos carentes terão isenção de impostos e acesso às verbas do Fies (Financiamento Estudantil) – que, em cinco anos, repassou 2,3 bilhões de reais para cobrir os custos de alunos carentes em instituições privadas.

Este é o ponto mais criticado na proposta do MEC; os donos de escola não aceitam que o acesso às verbas do Fies seja atrelado à concessão de bolsas; entidades como a UNE, a Andifes e a Contee, por sua vez, acusam a proposta de abrir precedentes para que as instituições com fins lucrativos deixem de pagar impostos.

O segundo projeto de lei destina 50% das vagas nas universidades federais a alunos que



Presidentes da UBES e da UNE entregam proposta a Tarso

concluírem o ensino médio em escolas públicas. Cotas para negros e índios estão previstas dentro deste montante, respeitadas as proporções destas populações em cada estado, de acordo com o último censo do IBGE.

Um número considerável de alunos de muitas universidades federais veio de escolas públicas: segundo o IBGE, eles são 38% do total, e vem de famílias com renda per capita inferior a dois salários mínimos. O problema é que eles se concentram na área de Humanas, passando longe de cursos como Medicina, Odontologia e Engenharia, por exemplo. Por isso, os reitores propõem que cada curso, e não a instituição como um todo, destine metade de suas vagas para alunos com este perfil.

O MEC aposta, contudo, na recuperação do ensino médio – o que tornaria a política de cotas dispensável, na avaliação do ministério. Ana Lúcia Gazzola, presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), tem outra receita para a democratização do ensino superior: “A reserva de vagas é um avanço, mas o acesso das camadas mais pobres à universidade passa pela ampliação de vagas em instituições públicas. É preciso criar novos cursos noturnos e garantir a permanência destes alunos na universidade”, diz.

As diretrizes divulgadas pelo MEC incluem ainda a criação de um ciclo de formação básica de nível superior, a garantia de autonomia para as universidades, a eleição direta para os reitores das universidades públicas e de um pró-reitor acadêmico nas pagas, além da retomada da capacidade do Estado em avaliar e regulamentar todo o Sistema Federal de Educação Superior, o que inclui instituições privadas.

Por compreender a importância histórica desta reforma, a UNE entrou com força no debate – não só com a realização da Caravana UNE pelo Brasil, mas participando de encontros e audiências realizados pelo governo, pelo Congresso Nacional e por entidades acadêmicas, científicas, estudantis e profissionais. Apesar de alguns lances favoráveis ao fortalecimento do ensino público e à construção de uma universidade mais comprometida com os interesses do povo, a queda de braço ainda não terminou.

\*Jornalista. Este artigo é uma síntese do trabalho de revisão do movimento, da UNE, edição de agosto de 2004



## DESENVOLVIMENTISMO

# Metalúrgicos do Rio debatem projeto nacional

Carlos Lessa vai ao lançamento da revista Forja, do Sindimetal, para debater o crescimento econômico

O motivo da festa foi o lançamento da revista *Forja*, do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, e da página eletrônica da entidade ([www.sindimetal-rio.com.br](http://www.sindimetal-rio.com.br)). Mas a solenidade, no dia 27 de agosto, foi cenário para um encontro entre os trabalhadores, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Carlos Lessa, e o secretário adjunto da Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República, Eduardo Bomfim, que lá compareceram para debater o tema "Desenvolvimento e o Emprego no Brasil". Também estiveram presentes Maurício Ramos, presidente do Sindimetal; Jandira Feghali, deputada federal (PCdoB); Jayme Ramos, presidente da CUT-RJ; José Nobre, presidente do Grêmio dos Veteranos Metalúrgicos, e outras autoridades e líderes operários do Rio de Janeiro.

Carlos Lessa, que já havia enfrentado o tema na entrevista que deu ao primeiro número da *Forja*, preferiu falar sobre o povo brasileiro e sua auto-estima, e começou lembrando a frase, do início do século XX, do gaúcho João Neves da Fontoura: "O Brasil só será grande e soberano quando fizer máquinas que façam outras máquinas". Isto é, sem aço não iríamos a lugar nenhum. E, anos depois, foi construída a Cia Siderúrgica Nacional, um símbolo do desenvolvimento vivido sob a era Vargas. Ele rememorou também a histórica campanha "O Petróleo é Nosso", que resultou na aprovação do monopólio estatal e na criação da Petrobras, até hoje a maior empresa brasileira. Tínhamos o petróleo, disse ele, mas em águas profundas e, para chegar até ele, "o povo brasileiro desenvolveu a mais avançada tecnologia do mundo de extração de petróleo em águas profundas: hoje, a mais de



Lessa com metalúrgicos cariocas

quatro mil metros!". Carlos Lessa ironizou lembrando que Fernando Henrique Cardoso, "com sua alma de pigmeu", acabou com o monopólio do petróleo e, em seguida, quis mudar o nome da empresa para Petrobrax. Se o PSDB tivesse ganho a eleição, disse, é possível que a empresa-símbolo das realizações de nosso povo estivesse nas mãos de multinacionais. O presidente do BNDES lembrou que, há algumas décadas, o Brasil tinha o aço (CSN) e o petróleo: podia construir carros. E o automóvel passou não apenas a ser sonho de consumo de nosso povo, mas motivo de orgulho. E com características especiais: a criatividade do povo: "Um automóvel construído para durar três anos, no Brasil dura vinte; a fábrica tira de linha, as peças acabam, mas, num quintal, um jovem com um torno manual constrói uma peça igual. Nossa frota de caminhões tem, em média, 18 anos, porque inventamos uma coisa extraordinária, que é o mecânico e o borracheiro de beira de estrada".

Lessa disse que o presidente Lula tem um grande projeto de desenvolvimento, que pode ter reflexos extraordinariamente positivos para a economia brasileira: "o Brasil tem em torno de 50 milhões de pessoas vivendo

abaixo da linha da pobreza; destas, metade vive no semiárido nordestino; e é possível levar 3% da água do São Francisco para irrigar este local, e transformá-lo num dos maiores produtores agrícolas do mundo, a exemplo do que aconteceu na Califórnia, nos EUA. Se a água do São Francisco não der, podemos fazer transposição de água do Tocantins para o São Francisco. Tudo isso, somado à fibra do povo nordestino, pode acabar com a migração, mudar as relações de trabalho, criar outro cenário econômico, com reflexos diretos na vida econômica e nas relações trabalhistas de todo o País", disse.

Lembrando a frase de Carlos Lessa, de que o governo herdou de FHC "os esqueletos da privatização" (a pirataria da privatização), Eduardo Bomfim lembrou o esforço do atual governo para reconstruir os instrumentos para fomentar o desenvolvimento, e ressaltou a importância da inclusão social como política atrelada ao crescimento sustentado, "baseado na diminuição expressiva de nossas chagas estruturais e a brutal concentração de renda". "Devemos gerar empregos

massivos e fortalecer o mercado interno, além de ir nos livrando das amarras das dívidas interna e externa e dos juros altos", afirmou. Bomfim apontou também aos trabalhadores e lideranças presentes a diferença da política do governo entre dois tempos: o neoliberalismo de FHC e a política atual, que ressalta a importância do nacional desenvolvimentismo com inclusão social.

"As próximas eleições municipais estão

sendo travadas nesse ambiente de mudança profunda no ambiente social brasileiro e o povo saberá responder a isso", afirmou o secretário adjunto da Coordenação Política.

Já Maurício Ramos lembrou as contribuições do Sindimetal para a história do Brasil, ao longo dos 88 anos de existência da entidade. "Aqui se originaram", disse, "discussões que resultaram nas férias, no 13º salário e na aposentadoria especial". "Também apoiamos campanhas como 'O Petróleo é Nosso', o envio de tropas à Itália para lutar contra o nazi-fascismo, a criação da CSN e as reformas de base propostas por João Goulart. Esta sede sempre foi palco de resistência e, durante o golpe militar, sofremos duas intervenções." Foi da categoria, lembrou, que saiu o deputado Edmilson Valentim, que foi constituinte em 1987/88 e ajudou a colocar na Constituição cláusulas que beneficiam de forma direta os trabalhadores, como a multa dos 40% sobre o FGTS em casos de demissão sem justa causa.

A deputada Jandira Feghali, candidata comunista à prefeitura do Rio de Janeiro, sentia-se, disse, "profundamente à vontade nesta casa, e com esta categoria ao lado da qual já travei tantas lutas". Ela destacou a questão da unicidade sindical, um dos temas-chave da Reforma Sindical e Trabalhista que tramita no Congresso. "O ditado popular de que a união faz a força é absolutamente verdadeiro, e a unicidade deve merecer de nós, sindicalistas e trabalhadores, toda a atenção."



A revista Forja

## ECONOMIA

## Previsão de folga para 2005

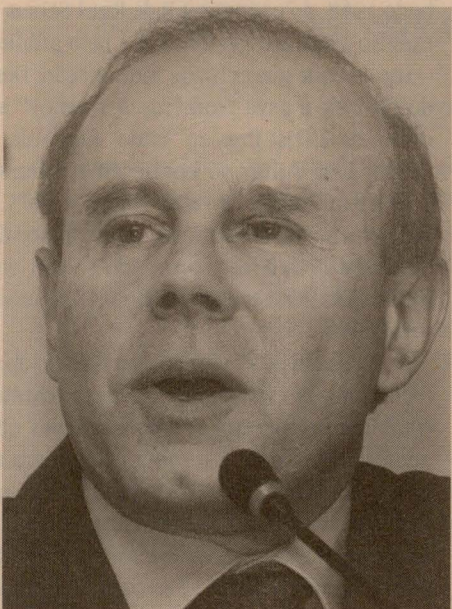
O Projeto de Orçamento que o governo enviou para o Congresso eleva receita e investimentos para 2005

MÁRCIA XAVIER, DE BRASÍLIA

Em 2005 poderá haver mais dinheiro para investir na recuperação de rodovias federais, urbanização de favelas, reforma universitária e ações voltadas para a juventude. A promessa está inscrita no Projeto de Lei Orçamentária, que o Ministério do Planejamento enviou ao Congresso Nacional no dia 31, e que prevê um aumento de cerca de R\$ 44 bilhões na receita total de impostos e contribuições em relação a 2004.

Embora ainda não atenda à demanda dos ministérios, o orçamento para o próximo ano apresenta um acréscimo de verbas para alguns setores importantes. A proposta orçamentária destinará R\$ 11,4 bilhões para investimentos, sem considerar aqueles feitos pelas empresas estatais. Isso representa um aumento de 48% sobre o valor reprogramado para 2004, atualmente em R\$ 7,7 bilhões. A maior parte da arrecadação adicional deverá ser consumida com o pagamento de pessoal, benefícios da Previdência e despesas de custeio da máquina administrativa.

Excluindo emissão de dívida, o projeto encaminhado pelo ministro estima a receita



Mantega anuncia a LDO

orçamentária total em R\$ 457,4 bilhões, 11,39% a mais do que o reestimado para 2004 (R\$ 410,6 bilhões). A cifra pressupõe que o crescimento da economia do país será de 3,8% este ano e de 4% em 2005.

Tirando as transferências constitucionais, previstas em R\$ 69,9 bilhões, sobra uma receita líquida de R\$ 387,5 bilhões. Desse total, a maior fatia está reservada para o pagamento de benefícios da Previdência Social. São R\$ 137 bilhões, cifra 11,92% superior à reprogramada para este ano, de R\$ 122,4 bilhões. O crescimento das despesas com pessoal da União será mais modesto: 7,62%. A previsão é de que, mesmo incluindo os inativos e pensionistas, os gastos com pessoal demandarão R\$ 90,4 bilhões em 2005, contra R\$84 bilhões em 2004.

### Despesas obrigatórias

As demais despesas obrigatórias estão estimadas em R\$ 45,2 bilhões. São programas que, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já aprovada pelo Congresso, não podem sofrer contingenciamento. Entre elas estão, por exemplo, programas de combate à fome, subsídios a programas habitacionais e recursos destinados ao crédito rural.

As despesas discricionárias, que serão cortadas pelo Executivo, fixadas no pro-

jeto, alcançam R\$ 74,6 bilhões, já incluídos os R\$ 11,4 bilhões para investimentos. O resto desses gastos diz respeito ao custeio da máquina administrativa federal.

Somando as obrigatórias e as discricionárias, excluindo juros e amortização de dívida, o total de despesas previstas no projeto chega a R\$ 342,2 bilhões. A diferença em relação à receita líquida, de R\$ 45,3 bilhões, é o que o governo planeja fazer de superávit primário em 2005, cumprindo o mínimo de R\$ 44,45 bilhões exigido pela LDO.

Mas é bom levar em conta que a previsão do orçamento nem sempre se realiza. Em 2004, dos R\$ 12 bilhões previstos, apenas R\$7,5 bilhões foram efetivamente liberados. O projeto de lei encaminhado pelo Executivo em 2003 previa, inicialmente, investimentos de R\$ 7,82 bilhões em 2004, valor que acabou sendo reduzido na última reprogramação. Em comparação ao que se pretendia aplicar originalmente este ano — os R\$ 7,82 bilhões —, a dotação proposta para 2005 representa um aumento expressivo de investimentos, com a diferença chegando, de um ano para outro, a 45,78%.

A dotação prevista para 2005, no entanto, é menor que aquela aprovada pelo Congresso no ano passado. Ao emendar a proposta que veio do governo no ano passado, o Legislativo estabeleceu que as despesas com investimento, no Orçamento Fiscal e da Seguridade, poderiam chegar a R\$ 12,36 bilhões este ano. Mas como a lei orçamentária é meramente autorizativa, o limite ficou menor. O projeto de lei acabou ficando menor.

## HISTÓRIA

# As heranças de Vargas

50 anos da morte do presidente suscitaram o debate sobre a atualidade de seu projeto nacional

AUGUSTO C. BUONICORE

A passagem dos 50 anos do suicídio do presidente Vargas foi marcada por um verdadeiro consenso e mesmo órgãos da grande imprensa e correntes político-ideológicas que sempre se colocaram no campo de oposição à herança varguista, trataram agora de louvá-la, mostrando Vargas na sua verdadeira estatura: um grande estadista brasileiro do século XX.

Esta nova leitura dos dois governos de Vargas foi uma resposta natural à provocação do ex-presidente tucano que prometeu por fim à Era Vargas. Qualquer observador sério poderá constatar que a Era Vargas e a Era FHC formam dois mundos distintos e contrapostos. A primeira representou a busca do desenvolvimento econômico autônomo e a ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores. A segunda, pelo contrário, representou a decadência da nação, a desindustrialização, a desnacionalização, a retirada de direitos; ou seja, a regressão em toda a linha.

O combate à Era FHC levou as forças políticas e sociais mais avançadas a cerrarem fileiras em defesa do legado de Vargas, especialmente de seu projeto nacional de desenvolvimento, cujo resgate se impõe com urgência. Mas isso não como mera reprodução daquele modelo, até porque ele tinha sérios limites, mas levando em conta, no início do século XXI, a nova correlação de forças presentes no Brasil e no mundo, o agravamento da situação do nosso povo, e a necessidade de valorização do trabalho e da renda. E que deverá ter em conta as tarefas que não puderam ser realizadas por Vargas e seus herdeiros na década de 1960.

## A qual herança não renunciaremos ...

A revolução de 1930, que abriu a Era Vargas, destruiu o monopólio oligárquico do poder e o liberalismo que dominava, provendo o Estado nacional dos instrumentos insti-

tucionais indispensáveis à execução de uma política industrialista e ao fomento do desenvolvimento. A fração industrial da burguesia foi beneficiada por essa política e um autor chegou mesmo a afirmar que mais do que agente político da revolução, a burguesia industrial foi sua criação. Ou seja, foi a partir dela que os industriais puderam se unificar nacionalmente em torno de projeto econômico e político alternativo ao das oligarquias agro-exportadoras e liberais.

Durante os governos de Vargas foram criados, entre outros, o Conselho Nacional de Petróleo (1938), a FNM (1940), a CSN (1941), a Vale do Rio Doce (1942), o BNDE (1952), a Petrobras (1953) e a Eletrobrás (1954). Criou-se uma legislação social avançada para época, resposta à antiga luta dos trabalhadores: jornada de 8 horas (1932), férias remuneradas (1932), institutos de aposentadorias e pensões (1933) e salário mínimo (1940). Buscou-se, assim, incorporar, ainda que de maneira subordinada, as massas trabalhadoras no novo projeto de desenvolvimento, e o Estado teve papel preponderante e ativo na indução deste processo.

Entre 1930 e 1935 ocorreu um alargamento da democracia com a implantação do voto secreto, do voto feminino e da justiça eleitoral (1932). Esta breve experiência começou a chegar ao fim em 1935 e foi eliminada em novembro de 1937, com a implantação do Estado Novo, uma ditadura que durou oito anos. E foi o próprio Vargas que procurou dirigir a transição democrática em 1945, decretando a anistia, legalizando o Partido Comunista do Brasil e aceitando seu

apoio. A reação conservadora foi o golpe militar que o afastou do poder naquele ano. Os dois golpes que o derrubaram — em 1945 e 1954 — foram dados em razão dos avanços democráticos que estes governos prometiam. Caíram justamente quando buscavam distanciar-se do imperialismo, aproximar-se do povo e ampliar os limites da democracia.

## ... e a qual renunciaremos

Uma das particularidades do processo de revolução brasileira, que teve em Vargas um dos seus principais condutores, foi que ele não destruiu a oligarquia latifundiária e nem pôs fim à dominação imperialista. O pacto político que prevaleceu no país desde 1930 esteve baseado numa aliança entre frações de classe dos latifundiários, a burguesia comercial e industrial sob direção do Estado — daí seus limites, que podem ser resumidos na manutenção da estrutura agrária assentada no latifúndio, exclusão da grande maioria do povo dos direitos sociais e trabalhistas — portanto, da cidadania —, concentração de renda e limitação da democracia.

A retomada de um novo projeto nacional de desenvolvimento — implementado por novas e mais avançadas forças sociais — passa pela superação destes obstáculos. Não basta apenas o crescimento econômico, é preciso que ele seja acompanhado por uma ativa política de valorização do trabalho, com distribuição de renda e com a reforma agrária. É preciso também articular o crescimento econômico com a manutenção e ampliação da democracia para amplas parcelas do nosso povo.

## 50 ANOS DE ROCK 'N' ROLL

# Sob as ordens do mercado

Importado sob a promessa de lucros comerciais, o rock foi também canal de expressão da rebeldia juvenil

CAROLINA MARIA RUY

Foi devido à promessa de lucros comerciais que o Brasil importou o rock já nos anos 50. Cantores brasileiros gravavam versões de músicas americanas de sucesso, entre elas *Diana*, de Paul Anka, cantada por Carlos Gonzaga, que logo estourou nas rádios. Em 1959, a cantora Celly Campello, o primeiro fenômeno de massa do rock no Brasil, gravou *Estúpido Cupido*, versão de Fred Jorje, e que foi um sucesso imediato.

A indústria cultural expandia seus tentáculos mas, logo, defrontou-se com aqueles que usavam arte para resistir à invasão cultural, como aquelas feitas no início dos anos 60 por Carlos Lyra — que participava do CPC da UNE. Começava então a difundir-se a idéia de que o uso da guitarra elétrica, típica do rock, contaminava a pureza da música brasileira, e que o gênero nacional mais autêntico era aquele que referia-se aos problemas sociais, como as canções *Pau de Arara* e *Subdesenvolvido*. Era um tema importante da luta cultural e da resistência contra a ditadura de 1964 e a internacionalização que ela, e as elites conservadoras, patrocinavam.

O rock brasileiro tomou a forma de um movimento em 1965, quando surgiu o musical de televisão *Jovem Guarda*, criado para manter a audiência da TV Record, ameaçada com o fim da transmissão dos jogos de futebol aos domingos. O dono da emissora, Paulo Machado de Carvalho, trouxe Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa para comandar a turma que também tinha Sérgio Reis, Renato e seus Blue Caps, Golden Boys, Trio Ternura, Martinha e tantos outros; foi um sucesso enorme.

Considerado alienado pelos setores avançados, a Jovem Guarda, curiosamente batizada com uma expressão originária de Lênin, ajudou a fixar o gênero por aqui, definindo uma forma brasileira de tocar rock, com cantores e músicos que vieram da periferia da bossa nova.

Logo depois da Jovem Guarda, e na esteira do sucesso dos festivais de música popular brasileira promovidos pela Record, surgiu o tropicalismo, com seu cosmopolitismo e sob forte influência do rock, misturando-o com música brasileira, o baião e o samba, e incorporando a guitarra elétrica. Provocou forte polêmica, marcada pelas vaias que Caetano Veloso recebeu em São Paulo, quando cantava *É proibido proibir* durante o Festival da Música Brasileira de 1968. E também quando Sérgio Ricardo, impedido pelas vaias dos partidários da *guitarra elétrica*, não conseguiu terminar de cantar *Beto bom de bola*, no mesmo festival, e, enraivecido, quebrou o violão e atirou os pedaços sobre a platéia.

Seu manifesto foi o disco "Tropicália", de 1968, com Torquato Neto e Capinam (os verdadeiros autores do movimento), Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, Nara Leão e *Os Mutantes*, tudo arranjado pelo maestro Rogério Duprat, que resgatou a antropofagia dos modernistas de 1922. Seu ecletismo, fora dos padrões musicais de então, marcou uma profunda transformação na música brasileira. Com o tropicalismo, *Os Mutantes*, uma de nossas mais importantes bandas de rock, passam para o primeiro plano, com seu som criativo, um toque de experimentalismo, e próximo da cultura brasileira e da MPB.

Entre a Jovem Guarda, seu romantismo açucarado e inconformismo de aparência, e os tropicalistas produzindo um som

mais cosmopolita, sem negar as raízes brasileiras, ainda havia rebeldia no rock brasileiro?

Sim, e o surgimento, naquele conturbado 1968, do primeiro LP de Raul Seixas — mesmo ignorado pela crítica e pelo público — mostra que ainda havia inquietação. Desde 1962 ele tocava "músicas de cowboy" ao estilo de Elvis Presley, Little Richards e Chuck Berry, mas só conheceu o sucesso com a explosão de *Ouro de Tolo*, em 1973, e seu deboche do consumismo dos tempos do "milagre brasileiro", tornando-se um dos mitos mais persistentes, e influentes, do rock brasileiro.

A década de 1970 foi marcada pelo aparecimento de cantores e bandas de caráter nitidamente comercial — com aqueles que adotaram nomes e o idioma inglês para se passarem por estrangeiros. Como o brasileiro Maurício Alberto Kaiserman que, com o nome de Morris Albert, fez sucesso mundial em 1973 com a canção *Feelings*. Com mais qualidade, mas também na raia comercial, em 1973 também foi lançado o efêmero *Seios e Molhados*, que teve o mérito de revelar um cantor do valor de Nei Matogrosso.

O rock brasileiro teve uma espécie de renascimento nos anos 80, quando surgiram inúmeras bandas "de garagem", influenciadas por grupos como *The Cure*, *The Smiths*,



Erasmo e Roberto Carlos (ao microfone): Jovem Guarda

*Joy Division*, *Siouxsie & The Banshees*, *Echo & the Bunnymen* e *Sugar Cubes*, e com forte marca *punk*: *Ira!*, *Legião Urbana* (e Renato Russo), *Capital Inicial*, *Barão Vermelho* (e Cazuza), e o pernambucano *Chico Science*. Tinham um estilo *underground*, identificado com o ambiente urbano, e uma maneira de fazer rock com uma brasilidade claramente presente.

Foi a época, também, em que surgiram programas de rádio e televisão voltados para vídeo clipes ou documentários, como o *Clip Trip*, da TV Gazeta, e o *Som Pop*, da TV Cultura, 89 FM, de 1985, e a *Brasil 2000*.

Em 1990 foi lançada a MTV / Brasil que, com o dinamismo de sua linguagem verbal e visual, ganhou principalmente o público jovem de classe média. Muitas bandas novas surgiram, com uma estrutura profissional, tecnológica e comercial mais forte e definida. Instrumento de um processo que se consolidava, a MTV foi um marco na incorporação capitalista das formas de expressão cultural. Com poucas exceções — e a maior parte do movimento hip-hop compõe a maioria delas — o rock tornou-se cada vez mais um negócio que capitaliza a rebeldia e abre espaço para um pop superficial, sinal de que, também neste caso, é o mercado que prevalece.

EUA

# Duas forças em confronto

*A plataforma republicana é o código do reacionarismo contemporâneo*

JOSÉ REINALDO CARVALHO\*

A Convenção Republicana, iniciada em 30 de agosto, em Nova Iorque, além de ser um espetáculo midiático repleto de lances coreografados para atrair a atenção do eleitorado, captar os votos dos indiferentes e neutralizar a ação do candidato adversário, revela a presença de duas forças contrárias na sociedade estadunidense e o desenvolvimento de uma luta política que tende a marcar toda uma época no país imperialista mais poderoso do mundo.

A reunião do Madison Square Garden consagrou a candidatura à reeleição do atual presidente George W. Bush em termos ditirâmicos, numa manifestação de culto à personalidade e de messianismo, de exaltação a uma figura menor na história, guindado pelas circunstâncias à condição de líder simbólico de uma corrente ultra-conservadora e reacionária, portadora de um plano de reconversão antidemocrática da sociedade estadunidense e de domínio do mundo através de uma extremada militarização e da guerra. Essa força política, detendo as alavancas de mando da maior potência imperialista da atualidade e postulando sua continuidade, detém colossal poder, dispo

vantajadas condições para concretizar suas ambições e desígnios. É, assim, o *non plus ultra* do reacionarismo da atualidade, o pólo de onde emanam as derivas antidemocráticas e as ameaças à paz no mundo.

No lado oposto, nas ruas, em manifestações multitudinárias, politicamente densas e perfil de multidimensional quanto à participação popular, esboça-se a formação de uma força política e social, numa surpreendente demonstração de vitalidade do movimento progressista nos Estados Unidos. Repetindo as grandes jornadas de fevereiro e março do ano passado, quando as ruas de Nova Iorque e Washington foram palco de combativos protestos anti-guerra, o movimento social protagonizou o fato novo na campanha eleitoral. Um dia antes da instalação do conclave republicano, 200 mil pessoas percorreram as ruas do centro da metrópole estadunidense, ocasião em que em manifestação pacífica mas enérgica protestaram contra a política de guerra do presidente Bush e exigiram a retirada das tropas norte-americanas do Iraque. A peculiaridade do momento foi observada por uma das dirigentes da manifestação, a ativista Leslie Cagan,

coordenadora do movimento United for Peace and Justice: "este é um momento histórico na vida deste país". As palavras de ordem eram contundentes — "chega de Bush".

A luta pela paz e a oposição a Bush são os elementos constitutivos deste novo momento, os pontos em torno do qual convergem as forças democráticas, progressistas e pacifistas da sociedade estadunidense. Para as forças antiimperialistas no mundo, trata-se de fenômeno a ser observado com atenção e apoiado, porquanto a derrota do imperialismo norte-americano só será possível se sua política for combatida no exterior e no interior dos EUA. Como tudo o que é novo e pela heterogeneidade de sua composição, é um movimento ainda impreciso e de destino imprevisível. Mas tudo indica que marca uma tendência que permanecerá. A derrota de Bush nas eleições de novembro seria um forte estímulo e criaria condições para dar novos passos adiante.

A disjuntiva entre os ultra-conservadores republicanos e esse movimento social emergente se torna ainda mais nítida quando nos debruçamos sobre a plataforma do Partido Republicano, aprovado na Convenção. Intitu-

lada "Um mundo seguro e uma América mais Esperançosa", é um documento onde se encontram em detalhes os fundamentos do que se convencionou chamar ao longo do atual mandato presidencial de "Doutrina Bush" e os pontos programáticos de política interna e externa com que o grupo hoje no poder pretende continuar por mais quatro anos. "A plataforma de 2004 do nosso partido se volta para os maiores desafios que a América enfrenta na primeira década do século 21".

O principal dentre esses desafios é "vencer a guerra contra o terror", cuja estratégia compreende um conjunto de atos e iniciativas de segurança interna e externa que em seu conjunto geraram monstros, como o Departamento de Segurança Interna e a chamada Lei Patriota, uma política externa que ignora a soberania das demais nações e as normas de convivência internacional e uma conduta agressiva consistente em transformar a guerra no meio principal para atingir os objetivos hegemônicos da superpotência. O documento republicano deixa claro que a eventual reeleição de Bush abrirá novo período de intensificação dos esforços imperialistas para estrangular Cuba e derrotar a Revolução e "democratizar" os países do Oriente Médio.

A plataforma republicana é o código do reacionarismo contemporâneo, a mostrar que a reeleição de Bush seria uma ameaça à paz e à soberania dos povos e aos valores democráticos tão caros àquela parte da sociedade que em manifestações de rua condena os formuladores e executores de tal política.

\*Jornalista. Vice-presidente nacional e Secretário de Relações Internacionais do PCdoB

AMÉRICA LATINA

## Traços novos no horizonte

*Forças democráticas e progressistas se fortalecem*

RONALDO CARMONA \*

A recente vitória do presidente Hugo Chávez na Venezuela, somada a fatores recentes da conjuntura latino-americana, desencadeou uma série de análises sobre o fortalecimento das forças progressistas na América Latina e despertou temores conservadores de que estaríamos às vésperas de uma conflagração em cadeia no sub-continente. Um exagero evidente, embora existam claros sinais indicando a fadiga do neoliberalismo como fator de fortalecimento de uma tendência progressista no continente.

Nas últimas semanas fatos novos reforçam uma tendência progressista mas contraditória. O contencioso Panamá-Cuba — inescrupulosa provocação direitista a Cuba na qual a então presidente panamenha indultou quatro terroristas condenados por agir contra Cuba, e levando ao rompimento de relações diplomáticas entre os dois países —, poderá ser superado com o novo governo de centro-esquerda de Martin Torrijos que, já em seu discurso de posse, acusou o causado prejuízo à imagem do país no exterior e prometeu normalizar as relações com Havana. O governo de Torrijos pode, aliás, ser mais um membro da crescente família de governos progressistas na região. No que concerne a relações comerciais, o programa de Torrijos manifestava uma preocupação posição muito próxima à brasileira e, no discurso de posse, não mencionou a Alca, que o servil governo anterior queria que fosse sediada no Panamá.

Outro fato político importante é o contencioso crescente entre a Argentina e o FMI. O país, em moratória com os credores privados, recebeu em 31 de agosto a visita do diretor-geral do FMI, Rodrigo Rato, que, em meio a massivos protestos populares, chegou falando grosso, exigindo uma oferta melhor na renegociação da dívida com os credores privados e um superávit fiscal maior que os atuais 3% do PIB. Mas dias depois da visita, o presidente Kirchner rejeitou as novas e esdrúxulas exigências do chefe do FMI.

Outro fator a se analisar é o crescente fortalecimento da oposição a governos direitistas e neoliberais. No Uruguai, no próximo

mês, a Frente Ampla, com Tabaré Vasquez, tem amplas chances de vitória eleitoral. No México, o presidente direitista Vicente Fox se encontra sob fogo cruzado. No dia 29, a "Jornada pela legalidade e pela democracia", mobilizou 200 mil mexicanos na maior manifestação da história recente do país, para protestar contra uma manobra de Fox para tornar inelegível o prefeito da Cidade do México, Lopez Obrador, membro do Foro de São Paulo e candidato à presidência em 2006. Na Colômbia, a justiça derrubou um eixo fundamental da "política antiterror" do presidente Álvaro Uribe, a arbitrária e inconstitucional lei que dá poder de polícia ao Exército. Uribe enfrenta também uma ampla contestação nacional e internacional, como se viu no recente Encontro de Vozes pela Vida, realizado em Bogotá no começo do mês, e que denun-

ciou a delinquência oficial. Verifica-se também, o fortalecimento da Frente Social e Política (FSyP), que reúne organizações políticas e sociais do país. Recorde-se que nas eleições regionais do final de 2003, Uribe já havia enfrentado contundente derrota.

No Chile e no Peru, avança a unidade das forças de esquerda. No primeiro, além da decisão judicial que permitirá o julgamento de Pinochet — uma vitória de dimensões históricas — as próximas eleições municipais serão um ensaio para um melhor posicionamento das forças de esquerda nas eleições presidenciais de 2005. As forças de esquerda se apresentam unidas através da coligação Podemos (Poder Democrático e Social), que une o Partido Comunista, os humanistas, a esquerda cristã, o MIR e outras forças menores. Já no Peru, o presidente Alejandro Toledo

é o recordista em impopularidade na região, e muitos analistas duvidam que manterá seu mandato até as eleições de 2006. Lá, dez forças de esquerda recolhem assinaturas para obter o registro eleitoral da Frente Ampla (Partido Comunista Pátria Roja, Movimento Nova Esquerda, Partido Comunista do Peru, União pelo Peru, Socialistas Revolucionários, entre outras forças de esquerda. No mês passado, vigorosa greve geral parou o país.

A tendência principal na América Latina, em 2004 aponta para um crescente fortalecimento de forças democráticas, progressistas e antineoliberais na região, mas sua confirmação não está dada e depende objetivamente da evolução da correlação de forças, do sucesso de experiências como a brasileira, a venezuelana e a argentina, e da unidade das forças democráticas e progressistas para substituir os atuais governos à direita por governos cujo propósito seja a construção de alternativas ao neoliberalismo e de reforço da unidade e integração latino-americana.

\* membro da Comissão de Relações Internacionais do PCdoB

BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00  
12 edições

JORNAL

# A Classe Operária

Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925

**PCdoB**  
Proletários de todos os países, uni-vos!

**FORMAS DE PAGAMENTO**

Cheque nominal  
 Dinheiro  
 Cartão de crédito  C  D  V  A  
Nº.: \_\_\_\_\_  
Validade: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (MÊS/ANO)

Vale postal nº. \_\_\_\_\_  
 Depósito em conta corrente  
Banco do Brasil  
Ag. 2806-9 C/C 7825-5

Enviar comprovante de pagamento por fax ou e-mail

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
Tel. res.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_



**CDM**  
com. (11) 3054-1829  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutaia, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05403-000  
Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/classe Correio eletrônico: assinatura@pcdob.org.br

Data de assinatura: \_\_\_\_\_ Ed. final nº: \_\_\_\_\_  
Ed. inicial nº: \_\_\_\_\_

## OLIMPIADAS

# A melhor campanha da nossa história

*"Estamos entre os 20 melhores do mundo", festeja o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz*

CARLOS POMPE ENTREVISTA AGNELO QUEIROZ

**O** Brasil conquistou quatro medalhas de ouro, três de prata e três de bronze e ficou em 18º lugar na classificação geral dos Jogos de Atenas. Em Sydney/2000, os brasileiros conquistaram 12 medalhas, mas nenhuma de ouro, e o país amargou a 52ª posição. O melhor resultado anterior foi o de Atlanta/96, com três de ouro, três de prata e nove de bronze. A Classe Operária conversou com o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, deputado federal do PCdoB-DF, licenciado para exercer o cargo.

**A Classe Operária:** *Qual sua avaliação do Brasil na Olimpíada de Atenas?*

**Agnelo Queiroz:** Esta Olimpíada foi extremamente positiva para o Brasil. Primeiro, enviamos a maior delegação da nossa história, o que tem um grande significado. Um atleta chegar a uma Olimpíada é uma disputa violenta, de superação de índices etc. E mais atletas do Brasil alcançaram a condição para participar dos jogos. Foi uma delegação de 247 atletas — dos quais 122 eram mulheres. Vale destacar que mais mulheres estão praticando, e com sucesso e rendimento, esportes no nosso país. E elas brilharam, com um resultado extraordinário. Participamos também do maior número de modalidades, 27, diversificando nossa presença. Não somos um país de um ou dois esportes apenas.

**A Classe Operária:** *Os resultados foram compensadores?*

**Agnelo Queiroz:** Uma grande vitória. Há quatro anos, com uma medalha de ouro, ficamos na 52ª colocação. Agora, dos 202 países que participaram, ficamos na 18ª posição — pela primeira vez, estamos entre os 20 melhores do mundo. É um grande sucesso. Mas a análise não pode se restringir ao número de medalhas. Temos de refletir também sobre a evolução nas diversas modalidades esportivas. A grande maioria dos integrantes da nossa delegação disputou uma Olimpíada pela primeira vez. E brilhou. Nossos atletas disputaram 30 medalhas e tiveram chances de ouro em 23. Por exemplo, a Joana Maranhão, uma jovem pernambucana de 19 anos, disputou a final de natação de 4x200 m livre, e ficou em 6º lugar; portanto, só cinco atletas foram melhor do que ela no mundo, e ela está começando a carreira agora. Uma carreira que será plena de sucessos, não temos dúvida nenhuma, porque é supertalenta. Isso ocorreu em várias finais. Na de saltos ornamentais, por exemplo, o César Castro, 19 anos, ficou em 9º lugar — foram apenas oito concorrentes melhores do que ele no trampolim de três metros. Vale ressaltar também a ginástica. Muita gente ficou decepcionada porque a Daiane dos Santos não ganhou a medalha. Mas pela primeira vez nós classificamos uma equipe olímpica — antes, levávamos um atleta, quando levávamos... Pois nesta primeira participação nossa equipe feminina ficou em 9º lugar. A Daniele Hypólito é a 12ª atleta mais completa do mundo; a



Agnelo Queiroz

Camila Comin é a 16ª — e nós não estamos falando da Romênia, não estamos falando de países de tradição de longos anos nessa modalidade, com gerações, medalhas e escolas de ginástica artística, mas estamos falando do Brasil, numa modalidade que envolve todos os aparelhos! É um resultado fantástico! Mesmo a Daiane, que sofreu uma pressão muito grande e foi recentemente submetida a uma cirurgia no joelho, mesmo com dores ficou em 5º lugar no solo, e teve uma reação de maturidade; não se abateu e sabe de seu potencial e vai retomar seu processo normal de treinamentos e disputas e não tenho dúvida de que voltará ao topo. Nossa abordagem não pode ser imediatista. Este resultado é inédito na história do esporte brasileiro.

**A Classe Operária:** *Quais os pontos negativos?*

**Agnelo Queiroz:** Tivemos falta de sorte em algumas áreas em que estamos entre os melhores do mundo. É natural, um problema do próprio esporte. Tem dia em que, simplesmente, as coisas não dão certo. Ninguém duvida que o melhor vôlei feminino do mundo é o brasileiro. Mas o que ficou evidenciado foi o crescimento do rendimento do esporte brasileiro. Além de termos mandado a maior delegação, também fizemos a nossa melhor preparação para os jogos. Respeitamos todo o calendário que os atletas tinham de cumprir, inclusive passando tempo em outros países para a aclimatação necessária para suas modalidades, altitude etc., garantindo melhores condições de atuação.

**A Classe Operária:** *Foram atingidos os objetivos pretendidos?*

**Agnelo Queiroz:** Um país grande como o Brasil precisa ter também esporte de rendimento e isso não pode acontecer de um ano para outro, como uma coisa casual, mas fruto de uma política acertada, responsável. Neste sentido, precisamos de pelo menos três ciclos



Agnelo com atletas em Atenas

olímpicos para colocarmos nosso país no patamar que merece no cenário esportivo mundial. Mesmo tendo apenas um ano e meio de governo, já estamos contando Atenas como uma etapa desses ciclos. Foi uma etapa de um processo e não um fim, um objetivo final.

**A Classe Operária:** *Quais as próximas etapas?*

**Agnelo Queiroz:** Agora vamos organizar o Pan-Americano, aqui no Brasil, em 2007; no ano seguinte vamos a Pequim. E isso dará continuidade à essa política que estamos adotando. Vamos manter o que conseguimos até agora e introduzir os outros elementos que fazem parte da nova política nacional de esporte, adotada pelo governo Lula. Vamos criar um sistema nacional de esporte que vai da iniciação do atleta até o alto rendimento. É o grande desafio. No dia 5 de setembro, realizamos o Dia Nacional da Descoberta de Talentos, com atos em todas as capitais, examinando 160 mil atletas. A partir de então, estamos realizando exames nas escolas, para verificar 2 milhões de estudantes de 10 a 15 anos, com base técnica e científica elaborada por profissionais brasileiros, com nossa cultura, utilizando como parâmetro os índices brasileiros. Pelas estatísticas, poderão ser tirados 2%, ou seja, 40 mil talentos, para ser referência da política de formação para os programas municipais, estaduais, da União, dos clubes, das entidades esportivas. Um banco de dados com base científica. Este é o começo de uma política que será permanente. Em 2005, vamos examinar outros 4 milhões de jovens. Trata-se

de uma política de detecção, de descoberta de talentos, que nunca tivemos. Esse tipo de atividade está por trás, por exemplo, do sucesso de Cuba no esporte. Os cubanos têm uma experiência muito apurada para detectar talentos. Evitará a perda de tanta gente como ocorre no nosso país, sobretudo se o jovem não tiver dinheiro para garantir suas atividades ou até mesmo para, simplesmente, ter acesso à prática do esporte.

**A Classe Operária:** *O Ministério do Esporte terá também uma atuação específica com esses possíveis talentos?*

**Agnelo Queiroz:** O Ministério, em parceria com os clubes sociais, vai pegar parte desses talentos e desenvolver o programa que estamos chamando de Pódio. Serão grupos de 20 atletas de uma determinada modalidade que receberão suporte do Ministério e

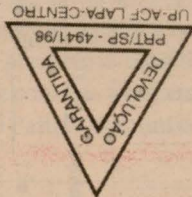
dos clubes sociais. Também estamos inaugurando o primeiro Centro de Alto Rendimento do Brasil, em Manaus, que vai atender a região Norte. Faremos um em cada região, num primeiro momento, mas nosso ideal é ter um em cada estado. O atleta vai morar nesse Centro, estudar e terá suporte, das diversas modalidades, para o treinamento. A parte de nutrição, de medicina, de alojamento, de ciência e tecnologia voltadas para o esporte, fisioterapia... Tudo isso servirá a todas as modalidades daquele centro, que levará em

conta as características e vocações de cada região. Com isso, será otimizada a utilização dos equipamentos para todas as modalidades. No Amazonas isso está sendo feito em parceria com os estados da região Norte, aproveitando o centro olímpico, que é uma estrutura grande que vem sendo subutilizada. Alguns técnicos cubanos vão trabalhar nesse centro amazonense, através de um acordo que foi assinado entre os governos do Brasil e de Cuba. Faremos convênios com vários países, para receber seus atletas nestes centros e enviar nossos atletas para cursos ou estágios no exterior. Enfim, nosso objetivo é facilitar o acesso do atleta de cada região. Será uma grande novidade para o próximo ciclo olímpico brasileiro.

**A Classe Operária:** *E quanto a outros esportes de alto rendimento, mais especializados?*

**Agnelo Queiroz:** No ano passado nós inauguramos o centro voltado para o vôlei, em Saquarema, Rio de Janeiro. O Brasil atingiu um estágio tão avançado no vôlei, que merece uma estrutura própria, onde treinam esses atletas de ponta que integram o selecionado brasileiro. Ali treinam as categorias juvenil, masculina, feminina, os portadores de deficiência. Com isso você cria uma escola daquela modalidade. A vivência não fica dispersa. As categorias de base têm contato com atletas que participaram de várias competições. Temos também um centro da ginástica, em Curitiba, Paraná, e vamos fazer agora o da natação, em Rio das Ostras, Rio de Janeiro.

IMPRESSO



CEP 01403-010 - SÃO PAULO - SP  
ALAMEDA SARUTAIÁ, 185 - JARDIM PAULISTA  
TEL.: (11) 3054 1800

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

